

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

Paula Oliveira Sobral

PSICOSE E ESCRITA: A INSCRIÇÃO DE UM SUJEITO

**João Pessoa – PB
2008**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

PSICOSE E ESCRITA: A INSCRIÇÃO DE UM SUJEITO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Paraíba como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Paula Oliveira Sobral

Prof^ª. Dr^ª. Mônica Nóbrega
Orientadora

João Pessoa – PB
2008

Agradecimentos

Agradeço à minha orientadora Professora Doutora Monica Nóbrega pela confiança ao me receber neste mestrado. Por respeitar o ritmo da minha produção. A você meu muito obrigada...

À Professora Doutora Margarida Elia Assad a quem admiro e respeito, agradeço pela forma com que me transmite a psicanálise. Fico sempre na vontade de chegar mais perto...

À Elisângela Ferreira Barreto, em especial, leitora paciente, percorreu cuidadosamente meu trabalho, revisando não só a teoria, mas injetando amor. Sua leitura e suas palavras trouxeram segurança à minha escrita e afago ao meu desespero. A você, que me ouve no ponto mesmo onde as palavras calam, meu agradecimento é ainda maior pelo seu amor...

Aos Professores e colegas de mestrado, em especial a Denise Lima, M^a de Lourdes Aragão, Ina Mirely, Raquel Basílio e Alice Tocchetto, colegas de turma, pela oportunidade deste encontro.

À Elisalva Madruga e Liane Schneider, coordenadoras da pós-graduação durante meu mestrado, pela prontidão e compromisso.

A CAPES – Coordenadoria e Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior por viabilizar a realização deste curso.

À minha família pela ajuda constante em todos os momentos...

À Minha mãe amor sempre presente por dividir comigo as dores, alegrias e amores de uma vida. Seu olhar desperta em mim o desejo pela vida...

Ao meu pai, a quem amo em silêncio, pelo grande encontro que esse trabalho nos proporcionou.

À Bruna Sobral, minha irmã, barreira à minha solidão e consolo em meus dias, a minha vida ganhou outro sabor depois da tua chegada aqui.

Aos meus irmãos Lucas, Durval e Davi e ao meu cunhado Tadeu, por me mostrarem a leveza da vida.

A Almir, pela sua disponibilidade e carinho.

À Beá e à Regileide, pelos grandes momentos, que hoje ultrapassam qualquer discussão teórica. Como sempre digo em nossos encontros ‘agora não tem mais jeito, já virou amor’...

A Xavier, porque a distância não foi capaz de diminuir o nosso amor e a nossa intimidade.

À Raquel, um amor sempre amigo, “que viajaste tantas canções comigo e que ainda há tantas a viajar”...

À Germana Maroja, por me indicar o mar... Com você “arrisquei perguntar: quem sou? E hoje sei, “eu preciso me mostrar”... Chico Buarque para expressar minha gratidão.

Ao projeto Aimeé, pelos encontros, discussões e boas risadas. Esta dissertação não seria possível sem a minha entrada neste projeto.

Ao Complexo psiquiátrico Juliano Moreira, nas pessoas de Jaceguai Martins, Jaqueline Nunes e Lourdes Lima pela compreensão e disponibilidade com o meu trabalho.

Aos meus pacientes, que me mostram a cada atendimento, como um sujeito é único e singular. Com eles, o mundo das palavras ganhou outro sentido.

À solidão da escrita, que fez de mim autora de mim mesma.

Obrigada.

*Penetra surdamente no reino das palavras.
Lá estão os poemas que esperam ser escritos.*

(...)

*Chega mais perto e contempla as palavras.
Cada uma tem mil faces secretas sob a face neutra
e te pergunta, sem interesse pela resposta,
pobre ou terrível, que lhe deres:
"Trouxeste a chave?"*

Carlos Drummond de Andrade

Resumo

Esta dissertação procura investigar o funcionamento da escrita enquanto um sistema lingüístico possível na psicose. Ao escolhermos este tema, *Psicose e escrita: a inscrição de um sujeito*, para o desenvolvimento desta dissertação, pensamos em uma forma de relacionar o sujeito, a linguagem e a psicanálise. Para tanto, tomamos a estrutura psicótica para falar do sujeito e a escrita para falar da linguagem, utilizando a psicanálise lacaniana, que se detém no sujeito do inconsciente e a lingüística saussuriana, que estuda as manifestações da linguagem humana na coletividade. Lacan, em seu ensino, aborda a psicose como algo específico. Uma estrutura de linguagem, efeito da relação do sujeito com o significante. Nosso objetivo é analisar a função da escrita como uma suplência para o sujeito psicótico. Pela literatura já conhecemos que a escrita é utilizada por sujeitos psicóticos e em tratamentos com psicóticos. Então nos perguntamos: por que a escrita tem essa função? É somente porque o psicótico confere a ela este lugar? Ou a própria escrita apresenta características que torna plausível essa escolha? Recorremos então à lingüística saussuriana para investigarmos uma possível relação entre o efeito que a escrita tem para o sujeito psicótico e a forma como este sistema lingüístico se estrutura. Nosso percurso foi desenvolver de que forma a linguagem se apresenta na psicose e de que forma a escrita se apresenta como sistema de linguagem, numa tentativa de acharmos um ponto, se não de encontro, pelo menos de discussão. O ponto que encontramos foi a materialidade. Materialidade encontrada nas palavras-objeto na psicose assim como no traço gráfico da escrita, a letra. Na psicose, as palavras não têm mediação simbólica, aparecem em uma total materialidade. Têm peso de objeto e quando escritas se afastam do sujeito, efetuando o corte necessário entre o sujeito e o objeto. A escrita pode ser um viés onde o gozo do corpo pode ser aliviado, tornando possível para o psicótico nomear um corpo, uma existência, fazer uma separação entre o sujeito e o Outro. Separar do corpo, na escrita, o que é do corpo interior e exterior.

Palavras-chave: Psicose, escrita, materialidade, suplência, Lacan, Saussure.

Résumé

Dans ce mémoire, je prétends analyser le fonctionnement de l'*écriture* en tant que système linguistique possible dans la psychose. En choisissant ce thème, *Psychose et Écriture : l'inscription d'un sujet* pour le développement de ce mémoire, j'ai pensé à une façon de relier le sujet, le langage et la psychanalyse. Pour ce faire, j'ai pris la structure psychotique pour parler du sujet et l'écriture pour parler du langage, en me servant de la psychanalyse lacanienne qui s'appuie sur le sujet de l'inconscient et la linguistique saussurienne qui étudie les manifestations du langage humain dans la collectivité. Dans son enseignement, Lacan traite la psychose comme un fait spécifique. Une structure langagière, effet du rapport du sujet avec le signifiant. Mon but est d'analyser la fonction de l'écriture comme une compensation pour le sujet psychotique. À travers la littérature, on sait déjà que l'écriture est utilisée par des sujets psychotiques et dans des traitements de psychotiques. On se pose donc la question : pourquoi l'écriture a-t-elle cette fonction ? La seule raison en serait-elle le fait que le psychotique lui accorde cette place ? Ou la propre écriture présente-t-elle des caractéristiques qui rendent ce choix plausible ? On recourt donc à la linguistique saussurienne pour rechercher un possible rapport entre l'effet exercé sur le sujet psychotique par l'écriture et la manière dont ce système linguistique est structuré. Mon parcours a consisté à discuter la façon dont le langage se présente dans la psychose et la façon dont l'écriture se présente comme système de langage, dans le but de trouver un point, *sinon commun*, au moins de discussion. Le point trouvé a été la matérialité. La matérialité trouvée dans les mots-objets dans la psychose aussi bien que dans le trait graphique de l'écriture, la lettre. Dans la psychose les mots n'ont pas de médiation symbolique, ils surgissent dans une matérialité totale. Ils ont le poids d'un objet et à l'écrit ils s'éloignent du sujet, réalisant la coupure nécessaire entre le sujet et l'objet. L'écriture peut être un biais où la jouissance du corps peut être soulagée, donnant au psychotique la possibilité de nommer un corps, une existence, de faire la séparation entre le sujet et l'Autre. Séparer du corps, à travers l'écriture, ce qui est du corps intérieur et extérieur.

Mots-clés: Psychose, écriture, matérialité, compensation, Lacan, Saussure.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. PSICOSE: UMA ESTRUTURA DE LINGUAGEM.....	15
1.1. Introdução.....	16
1.2. Loucura.....	16
1.3. Constituição do sujeito.....	17
1.4. Psicose: a forclusão e seus efeitos sobre a linguagem.....	24
1.5. A suplência na psicose: o porquê da escrita.....	29
2. LINGUAGEM, LÍNGUA E ESCRITA: QUE ESTRUTURAÇÃO NA PSICOSE?.....	36
2.1. Introdução.....	37
2.2. Encontros e diferenças na lingüística saussuriana: linguagem, língua e escrita..	37
2.3. A linguagem: o sistema lingüístico e a linguagem do inconsciente.....	45
2.4. A língua e a lalangue.....	54
2.5. A escrita: uma questão de autoria.....	58
3. A ESCRITA.....	62
3.1. Introdução.....	63
3.2. A escrita: um sistema lingüístico.....	63
3.3. A escrita como sinthoma: a que serve essa escrita?.....	69
3.4. A psicose e a escrita: entre psicanálise e lingüística.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS.....	78

“Quando a Vó me recebeu nas férias, ela me apresentou aos amigos: Este é o meu neto. Ele foi estudar no Rio e voltou de ateu. Aquela preposição deslocada me fantasiava de ateu. Como quem dissesse no carnaval: aquele menino está fantasiado de palhaço. Minha Vó entendia de regências verbais. Ela falava de sério. Mas todo-mundo riu. Porque aquela preposição deslocada podia fazer de uma informação um chiste. E fez. E mais: eu acho que buscar a beleza nas palavras é uma solenidade de amor. E pode ser instrumento de rir. De outra feita, no meio da pelada um menino gritou: Disilimina esse, cabeludinho. Eu não disiliminei ninguém. Mas aquele verbo novo trouxe um perfume de poesia à nossa quadra. Aprendi nessas férias a brincar de palavras mais do que trabalhar com elas. Comecei a não gostar de palavra engavetada. Aquela que não pode mudar de lugar. Aprendi a gostar mais das palavras pelos que elas entoam do que pelo que elas informam. Por depois ouvi um vaqueiro a cantar com saudade: Ai morena, não me escreve/ que eu não sei a ler. Aquele a preposto ao verbo ler, ao meu ouvir, ampliava a solidão do vaqueiro”.

INTRODUÇÃO

Convoco Manoel de Barros, com sua poesia, para iniciar o trabalho que resultou da nossa aproximação com duas áreas, que nos pareciam tão extremas e que se mostraram tão íntimas: a lingüística e a psicanálise. A poesia, a nosso ver, consegue unir a estrutura e a subversão da linguagem. A comunicação e o tropeço. A realidade e o real.

Ao brincar com as palavras, Manoel de Barros mostra como utilizamos a linguagem e como somos surpreendidos por ela. É no inesperado da frase onde uma palavra irrompe fora de hora, fora da continuidade sintática, que um efeito novo se produz. Por vezes – o belo, por outras – o engraçado. É o imprevisível do sujeito e o previsto da língua que inaugura o diálogo entre a lingüística e a psicanálise.

As discussões a respeito da interface lingüística e psicanálise permeiam conceitos distintos, mas interligados, entre Saussure e Lacan. Estes conceitos têm permitido longas discussões entre a ciência que estuda as manifestações da linguagem humana na coletividade, a lingüística, e a psicanálise que se detém no sujeito do inconsciente estruturado como uma linguagem.

O objeto de estudo da lingüística saussuriana é a língua, parte essencial da linguagem, que constitui algo adquirido e convencional. Um instrumento criado e fornecido pela coletividade, o código, constituído por unidades lingüísticas de um sistema: os signos. A psicanálise se debruça sobre o inconsciente, instância subjetiva proposta por Freud e trazida por Lacan como o campo dos significantes, o tesouro dos significantes. É do poder da palavra, poder do significante de equivocar o sentido, muito mais pela imagem acústica que pelo significado das palavras, que Lacan propõe o poder do significante de representar um sujeito para outro significante assim como “*aquele a preposto ao verbo ler [...] ampliava a solidão do vaqueiro*” (BARROS, 2003, p. VIII). O equívoco é mérito da linguagem do inconsciente. A língua abre o campo da linguagem e o estrutura, dando suporte, permitindo que o equívoco apareça na fala do sujeito.

O tema proposto nesta dissertação, *Psicose e Escrita*: a inscrição de um sujeito toma a estrutura psicótica para falar do sujeito na psicanálise e a escrita para falar da linguagem, utilizando a psicanálise lacaniana, que a partir dos conceitos lingüísticos defendidos por Ferdinand Saussure, avançou na teoria do inconsciente freudiano, estruturando-o como uma linguagem.

Nesta dissertação, partimos da psicanálise para fazer uma pergunta à lingüística: que

sistema de linguagem é a escrita? Como se estrutura e como funciona? Numa tentativa de entender, pelo funcionamento deste sistema, os efeitos que a escrita tem na psicose, já descritos na psicanálise. Escrever é preciso, já dizia Arthur Bispo do Rosário¹, pois a escrita pode servir ao sujeito psicótico como uma forma de extração de gozo, um viés onde o gozo do corpo pode ser aliviado. Por isso, na psicose é preciso escrever, para renomear o corpo, a existência, fazer separação entre o sujeito e o Outro (e o mundo). Separar do corpo, na escrita, o que é do corpo interior e exterior.

Portanto, não é o conteúdo do texto escrito o que parece interessar à clínica psicanalítica no tocante ao tratamento dado ao sofrimento subjetivo do sujeito psicótico, mas a possibilidade, oferecida pela escrita, de uma extração, retirar o tormento do real do corpo e colocá-lo no papel, possibilitando um afastamento e, conseqüentemente, um alívio. O motivo da escolha pela lingüística estrutural, mas particularmente pela lingüística saussuriana, é poder deixar de lado o conteúdo da produção textual e preocupar-nos com a escrita enquanto sistema de linguagem, com a forma como esse sistema se estrutura.

O objetivo desta dissertação é buscar investigar na lingüística como funciona a escrita enquanto sistema lingüístico, com o intuito de investigar a relação que há entre o funcionamento deste sistema e os efeitos que ele tem na clínica das psicoses. Para tanto, utilizaremos algumas vinhetas clínicas com falas de pacientes que são atendidos por mim no ambulatório do Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira (João Pessoa/PB) com o intuito de demonstrar alguns elementos teóricos de uma construção que partiu da minha clínica nesta instituição. Segue a estruturação dos capítulos.

O primeiro capítulo, *Psicose: uma estrutura de linguagem*, propõe uma delimitação em relação à estrutura subjetiva escolhida nesta dissertação: a psicose, numa tentativa de esclarecer de que se trata a psicose, como se estrutura e que efeitos essa forma particular de estruturação subjetiva têm sobre a linguagem. Para tanto, consideramos necessário explicar de que forma se constitui o sujeito para a psicanálise tomando a direção da linguagem, sem entrar de forma detalhada nas outras estruturas subjetivas: neurose e perversão, a não ser pela diferenciação em relação à psicose. Como também, justificar a escolha pela escrita, sistema de linguagem de estruturação particular que pode servir ao psicótico como enlaçamento possível, uma possibilidade de uma circulação social.

O segundo capítulo – *Linguagem, língua e escrita: que estruturação na psicose?* – propõe uma descrição e delimitação destes conceitos: linguagem, língua e escrita, implicados

¹ Arthur Bispo do Rosário é considerado um artista brasileiro por suas “obras” feitas no período em que esteve internado na Colônia Juliano Moreira no Rio de Janeiro.

tanto na teoria psicanalítica como na lingüística, destacando os pontos de aproximação e de diferenciação entre elas, na intenção de situar o sujeito psicótico diante destas instâncias lingüísticas e psicanalíticas. É nesse capítulo que aparecerá a base da dissertação, no tocante à escrita enquanto um sistema de linguagem comparável, segundo Saussure, ao sistema da língua.

O terceiro e último capítulo, *A escrita*, pretende abordar a escrita em seu aspecto lingüístico de sistema e em seu aspecto psicanalítico de sintoma, para que seja possível fazer uma discussão sobre uma provável relação entre a caracterização lingüística da escrita e os efeitos que a escrita tem na clínica das psicoses, tema proposto por essa dissertação.

CAPÍTULO I:
PSICOSE: UMA ESTRUTURA DE LINGUAGEM

1.1. INTRODUÇÃO

Este capítulo tem por finalidade descrever a estrutura psicótica, partindo da forma como se constitui o sujeito na psicanálise e sua forma de estruturação subjetiva – neurose, psicose ou perversão, relacionando estruturação subjetiva e linguagem, para chegar ao tema a que esta dissertação se propõe: psicose e escrita: a inscrição de um sujeito, numa tentativa de discutir os efeitos que tem a escrita para o sujeito de estrutura psicótica. O objetivo deste capítulo é, portanto, clarear a articulação escolhida entre uma estrutura de linguagem, a psicose, e um sistema de linguagem em seu caráter estrutural, a escrita.

1.2. LOUCURA

“Loucos, exilados, apátridas, excluídos: todos estão presos do lado de fora. Fora das fronteiras do seu país, fora dos laços da sua língua materna; fora, fora de casa” (RABINOVITCH, 2001, p. 7). A semelhança pela diferença! Há algo entre estas “categorias”, ditas excluídas, que escapa às regras que regem uma sociedade. É a discussão sobre o que é ou não normal, o que foge ou não à norma compartilhada por uma população, que dirá da posição do louco em uma sociedade.

Loucura. Este é o termo utilizado para se referir à psicose ao longo da história.

Desde a alta idade média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato, não podendo nem mesmo, no sacrifício da missa, permitir a transubstanciação e fazer do pão um corpo [...] (FOUCAULT, 2005, p. 11).

Durante séculos a palavra do louco não teve valor. A partir do século XVIII, a loucura ganha o estatuto de doença mental e a psiquiatria se encarrega de tentar dominar esta “doença” descrita pelo saber psiquiátrico como uma disfunção orgânica que acarreta um sofrimento mental ao indivíduo. A forma de tratamento, além do caráter medicamentoso, consistirá em manter o louco longe da sociedade, aprisionado nas instituições. Entretanto, a disfunção da psicose não parecia se restringir ao seu caráter orgânico; é neste ponto que a psicanálise tem a contribuir.

Freud em 1911 (1987), ao relatar o caso Schreber, traz a psicose de uma forma diferente da psiquiatria da época. Não era, em absoluto, a nosologia o que interessava a Freud

no que diz respeito às psicoses. Ao falar da paranóia, Freud já marcava uma característica bastante peculiar e diferente dos quadros neuróticos descritos por ele. O paranóico, dizia Freud (1911/1987), possui a peculiaridade de revelar o que os neuróticos mantêm em segredo. Estava na linguagem sua peculiaridade, a marca da sua diferença. É por esta forma “aberta” de falar do paranóico, que Freud justifica suas interpretações analíticas a respeito de um relato autobiográfico, o caso do doutor em direito Daniel Paul Schreber.

Embora tenha descrito de forma tão espetacular os fenômenos psicóticos de Schreber, não era possível a Freud falar em um tratamento analítico das psicoses. Em sua época, os casos de demência precoce ou paranóia restringiam-se aos cuidados da psiquiatria e só eram atendidos por ele em caso de dúvida diagnóstica. A psicanálise vem pôr em desordem as construções psiquiátricas, tirando o foco das questões orgânicas e dando ênfase à forma pela qual os fenômenos aparecem no registro da fala. “É o registro da fala que cria toda a riqueza da fenomenologia da psicose, é aí que vemos todos os seus aspectos, as suas decomposições, as suas refrações” (LACAN, 1955-56/2002, p. 47).

Lacan se debruça sobre a loucura, avançando sobre a teoria freudiana da psicose, apostando em um tratamento possível à estrutura da psicose. Freud, ao falar em estrutura, funda uma diferença necessária à clínica psicanalítica, diferenciando neurose, psicose e perversão. O termo estrutura, trazido por Freud, foi aprofundado por Lacan que delimita a estrutura como estrutura de linguagem, ou melhor, é a forma como cada sujeito se relaciona com o significante que dirá da sua estrutura. Foi assim, num retorno a Freud e a partir de uma leitura de Saussure, que Lacan afirmou estar na linguagem a marca da diferença, uma diferença estrutural!

Foi a partir do deslocamento freudiano da loucura como doença para a psicose como estrutura, que Lacan formulou sua teoria sobre as psicoses. Trata-se de uma estrutura clínica diferente da neurose, mas, assim como ela, de uma estrutura de linguagem, ou melhor, da relação do sujeito com o significante.

1.3. A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO

O indivíduo, a pessoa, o ser são categorias estudadas por diversas ciências que tentam dar conta de “um conjunto bio-psico-social” que seria o homem, objeto de estudo das ciências humanas, biológicas e da natureza. Entretanto, o sujeito sobre o qual a psicanálise se debruça não pode ser categorizado, pois o que nele interessa é a forma singular e única que vai

escrever sua história.

Isto que é tão singular e único, que tem a ver com a história de cada sujeito e mais particularmente com a forma como este sujeito se coloca em relação à sua história, isto, é o campo do sujeito, fundado pela psicanálise a partir de um campo que preexiste a ele, o da linguagem. Embora não tenha se utilizado da lingüística estrutural, como fez Lacan para relacionar inconsciente e linguagem, Freud (1900/1987), em *A interpretação dos sonhos*, convoca o conceito de inconsciente para explicar a constituição do sujeito², apontando como mecanismos próprios ao inconsciente – condensação e deslocamento – movimentos homólogos das funções que a lingüística toma por determinantes dos efeitos da linguagem – metáfora e metonímia.

Segundo Freud (1900/1987), o inconsciente se constitui e opera de acordo com condensações e deslocamentos. Por condensação se entende o processo segundo o qual um conteúdo manifesto, ou seja, um detalhe do sonho, um objeto, uma característica, pode representar um conteúdo latente, uma pessoa, um fato. O deslocamento é obra da censura e se define como um processo de deslizamento onde uma carga afetiva se desloca de um conteúdo importante para algo acessório. Mais tarde, Lacan, com base em Jakobson³, ao tomar o inconsciente estruturado como uma linguagem, nomeará estes movimentos de metáfora e metonímia, como será visto no capítulo seguinte.

Já havia, pois, em Freud a relação linguagem e inconsciente como determinantes do sujeito, pois a linguagem dos sonhos abre a via de acesso ao conteúdo inconsciente, conteúdo não acessado pelo sujeito cartesiano da consciência. É Lacan, entretanto, que vai fazer tal pontuação, enfatizando a linguagem como condição para o inconsciente. Propondo que, para explicar a constituição do sujeito, é necessário considerar, primeiramente, o campo a partir do qual ele se constitui: o campo da fala e da linguagem.

A linguagem é o sistema geral no qual os seres humanos estão imersos. Um campo que preexiste ao sujeito e, ao mesmo tempo, deixa marcas sobre ele. Um sistema simbólico que permite ao homem entrar no jogo do sentido e, conseqüentemente, também do não sentido, em relação ao mundo e à natureza. Não é possível pensar o homem separado da linguagem. É, portanto, na e pela linguagem que o sujeito se constitui.

Lacan, influenciado pelo estruturalismo francês, utilizou-se da lingüística estrutural, mais particularmente dos estudos de Ferdinand de Saussure, para trazer para a psicanálise o

² O termo e a noção de sujeito, em psicanálise, foram introduzidos por Lacan. Embora seja possível, na obra de Freud perceber uma idéia de sujeito, é somente com Lacan que a teoria de sujeito será desenvolvida.

³ Pensador russo que se tornou num dos maiores lingüistas do século XX.

conceito de linguagem, criando, a partir daí, alguns conceitos de sua teoria. “Um dia [diz Lacan] percebi que era difícil não entrar na lingüística a partir do momento em que o inconsciente estava descoberto” (LACAN, 1972-73/1985, p. 25).

Saussure (1972), para falar da linguagem, destaca a língua, parte essencial da linguagem, instrumento criado e fornecido pela coletividade, constituído por unidades lingüísticas de um sistema: os signos. Segundo ele, as palavras não existem solitariamente, mas apenas quando chamadas a participar de uma relação, ou seja, dentro de um sistema.

Para Saussure (1972), o signo é uma unidade lingüística constituída pela união de dois termos: o significante (imagem acústica) e o significado (conceito). Os termos implicados no signo são ambos psíquicos e estão unidos, em nosso cérebro, por um vínculo de associação, pois cada parte do signo, embora seja profundamente distinta, é necessária uma a outra, para que a existência do signo esteja garantida. O signo não está fixado a nenhum objeto. A ligação de um significante a um significado não se aproxima, em nada, da ligação de um nome à coisa em si, sua natureza reside justamente na associação, feita em um determinado momento, entre este significante e aquele significado, e não entre possíveis outros. Lacan subverte o algoritmo saussuriano que encerra o signo (significado/significante), revira a posição dos elementos da célula, trazendo como marca distintiva, em relação a Saussure, a primazia do significante (Significante/significado). O que isto quer dizer?

O significante, para Lacan, não está a serviço do significado, ao contrário, está na posição de comando. Há algo mais no significante que o significado não dá conta. A barra, ao contrário do traço que une significante e significado em Saussure, é marca de uma separação para Lacan, uma barreira resistente à significação. É a noção de sujeito que marcará a separação entre o significante e o significado. O significante por si só não significa nada, não foi feito para isso, não está na natureza para significar, mas para representar um sujeito para outro significante.

A articulação significante não se produz sozinha, é necessário que haja um sujeito. O significante só pode passar para o plano da significação porque há um sujeito operando a cadeia do significante. Lacan, ao trazer o significante para o campo da experiência analítica, inclui uma nova concepção de sujeito, que não tem lugar nem em Saussure, nem nos seus discípulos, e muito menos nas novas correntes lingüísticas que surgiram. Para o saber lingüístico a noção de sujeito se refere, dependendo do autor, às categorias de pessoa, de indivíduo, de locutor e de emissor (FERREIRA, 2002, p. 116).

Ao falar do sujeito, Lacan reconhece no inconsciente o lugar do Outro enquanto instância da cadeia significante. O significante, isolado da cadeia, não remete a nada, é em si

mesmo sem significação própria, pois o sentido é dado na articulação da cadeia (S1–S2). Assim, para Lacan, entrar no campo do sujeito implica, necessariamente, entrar no plano do significante, uma vez que, o sujeito do inconsciente é um efeito do significante. O que faz, então, surgir a cadeia significante? É o sujeito que a inaugura? Ou o sujeito é por ela fundado?

“Tudo surge da estrutura do significante” (LACAN, 1964/1998, p. 196). É no deslizamento da cadeia, no intervalo mesmo entre um significante e outro, que aparece o sujeito. O sujeito se produz e ao mesmo tempo se esvaece. Quando fala, quando há encadeamento de significantes, o sujeito se divide, pois, ao mesmo tempo em que fala, é surpreendido pelo que diz, é falado por alguma formação inconsciente (ato falho, chiste etc.) que aparece e desaparece quebrando a linearidade da cadeia da fala. A cada vez que isso acontece na passagem de um significante a outro, é possível que aí se produza um sentido, um sujeito como efeito do significante que o causou. Eis a máxima lacaniana: “Um significante é aquilo que representa o sujeito para outro significante” (LACAN, 1966/1998, p.833). A condição para um significante (S1) representar o sujeito é a introdução de um outro significante (S2). É o par primordial de significantes (S1-S2) o que vai determinar a forma de estruturação do sujeito pelo significante.

Essa estrutura a que Lacan se refere, definida pela maneira como o sujeito se relaciona com o significante, é uma estrutura de linguagem. Todo sujeito, neurótico ou psicótico, é efeito da linguagem. É a forma como cada sujeito vai entrar no campo da linguagem, que vai determinar sua estrutura.

Lacan (1957-58/1999) enfatiza o Complexo de Édipo como marca desta entrada, propondo, no seu seminário *As formações do inconsciente*, três tempos para o Édipo. No primeiro tempo, ao nascer, a criança ainda não é esse sujeito de que trata a psicanálise. O bebê entra no mundo numa posição de objeto por excelência, objeto de desejo daquela que lhe “trouxe” ao mundo, a mãe. É o *chuchuzinho* da mamãe, que come, dorme, sorri e chora de acordo com a caprichosa lei materna. Sem desejos que lhe sejam próprios, o bebê se identifica ao falo que falta à mãe. O falo é um significante, o significante da falta, é o lugar vazio que permite ao sujeito deslizar na cadeia do desejo. Estar no mundo como desejante, só é possível porque ao sujeito falta algo, e isto que falta jamais poderá ser completado. É uma falta constitutiva do sujeito! Inicialmente, entretanto, o bebê responde do lugar de ser ou não ser o falo que falta à sua mãe. É pelo plano do desejo e das vontades maternas que a criança chega ao mundo.

Neste primeiro tempo, a mãe é para a criança um Outro absoluto, onipotente, aquela que se coloca na posição de saber sobre o pequeno *infans*. Abrimos aqui um parêntese para

pontuar a distinção feita por Lacan entre o outro com minúscula e o Outro com maiúscula. “O primeiro, o outro com um *a*⁴ minúsculo, é o outro imaginário, a alteridade em espelho, que nos faz depender da forma do nosso semelhante” (LACAN, 1955-56/2002, p. 286). É a imagem do semelhante a partir da qual o eu do sujeito se constitui. É o outro falante, especular. “O Outro [com maiúscula] é o lugar em que se situa a cadeia do significante que comanda tudo que vai poder presentificar-se do sujeito, é o campo desse vivo onde o sujeito tem que aparecer” (LACAN, 1964/1998, p. 193). É o inconsciente, tesouros dos significantes, lugar que sustenta os significantes que poderão vir a marcar o sujeito. Para se constituir o sujeito depende do significante e o significante está primeiro no campo do Outro, campo social da linguagem.

Inicialmente, portanto, este lugar, o lugar do Outro, lugar da lei, é ocupado pela mãe. A lei materna é uma lei de puro capricho, pois o que rege tal lei é o seu desejo, o devorador desejo materno, sem barra, sem interdito, que toma o bebê como seu objeto, seu objeto de desejo. Eis a dialética enfrentada pelo bebê: ser ou não ser o falo para a mamãe?

A relação da criança com o falo se estabelece na medida em que o falo é o objeto de desejo da mãe. Entretanto, a constituição da criança como sujeito necessita de uma separação entre a criança e o objeto (o falo) que falta à mãe. É necessária a intervenção de um quarto elemento nessa relação triangular mãe-falo-bebê, um significante que venha interrogar o desejo da mãe, introduzindo uma separação, uma lei que interdite o desejo da mãe em tomar a criança como seu objeto. Este significante Lacan designa de Nome-do-Pai, enquanto metáfora paterna, enquanto princípio de separação, algo que entre na condição de desejo barrado no discurso da mãe significando, à criança, que o desejo da mãe se encontra em outro lugar e que a mãe, por sua vez, é submetida à mesma lei que ela, a lei da castração.

A castração é uma operação metafórica de interdição. Um “não pode”, instaurado a partir do mito do Édipo e da morte mítica do Pai totêmico em Totem e Tabu (1913-14/1987), onde os povos primitivos assassinam e comem o Pai com o intuito de interditar seu acesso, sua posse de todas as mulheres. A partir desse parricídio, o sentimento de culpa pelo assassinato do pai gera tanto o tabu (proibições e interditos) como o totem, como representação do pai morto, um “ideal que corporificava o poder ilimitado do pai primevo contra quem haviam lutado, assim como a disposição de submeter-se a ele” (FREUD, 1913-14/1987, p. 177). Esse pai totêmico, ideal e mítico é o símbolo da lei que tem a função, nomeada por Lacan, de Nome-do-Pai.

⁴ Lacan no seminário 11 utiliza o termo francês *autre*, representado nesta citação pelo *a* minúsculo referindo-se ao outro, tradução para o português da palavra *autre*.

“Há, propriamente, no que foi constituído por uma simbolização primordial entre a criança e a mãe, a colocação substitutiva do pai como símbolo, ou significante, no lugar da mãe” (LACAN, 1957-58/1999, p. 186). O Outro, inicialmente representado pela mãe, passa a ser barrado pela operação simbólica da metáfora paterna, relativizando o lugar materno, pela incidência do Nome-do-Pai. À mãe também falta algo, falta-lhe o falo, lugar que não pode ser ocupado nem pela criança nem por ninguém e que só existe enquanto símbolo, o símbolo da falta. É porque falta este objeto que o sujeito se divide entre o ser e o ter, entre o querer e o desejar, apontando que o desejo é sempre desejo de outra coisa.

O pai entra em jogo, como portador da lei, como proibidor do objeto (LACAN, 1957-58/1999, p.193). Este pai não corresponde necessariamente ao pai biológico, da procriação, mas a uma função simbólica, o trabalho, os amigos, o parceiro amoroso, algo que venha barrar o desejo da mãe. “O pai não é simplesmente o gerador. Ele é também aquele que possui de direito a mãe, e, em princípio, em paz” (LACAN, 1955-56/2002, p. 232).

Eis o segundo tempo do Édipo. Um significante (Nome-do-Pai) é introduzido e uma cadeia passa a ser formada, da qual a criança poderá emergir como sujeito. “Isto é, sem dúvida, o que demonstra que a atribuição da procriação ao pai, não pode ser efeito senão de um puro significante, de um reconhecimento não do pai real, mas do que a religião nos ensinou a invocar como o Nome-do-Pai” (LACAN, 1955-56/2002).

A mãe deixa de ser absoluta e entra como faltosa, castrada, saindo da condição de grande Outro para a condição de semelhante, pequeno outro. “A inclusão do significante do Nome-do-pai no Outro marca, portanto, a entrada do sujeito na ordem simbólica e permite a inauguração da cadeia significante no inconsciente [...]” (QUINET, 2000, p. 13). É, pois, a partir do significante Nome-do-Pai que o jogo se institui, uma vez introduzido no jogo dos símbolos, o sujeito se orientará segundo a lei paterna.

Neste mesmo tempo, Lacan situa o estágio do espelho, momento inaugural de constituição do “eu” da criança a partir da identificação com um outro. Neste momento, a criança, ao ver sua imagem refletida no espelho, não a reconhece como sua, mas como a de um outro. Esta imagem de um outro vai gerar na criança uma identificação com o que vê, dando a ela um referencial de si mesma, origem da constituição de um eu-imaginário.

Nesta experiência, não se trata meramente de uma vivência concreta diante de um espelho, mas, sobretudo ressalta a relação dual vivida pela criança nesta fase, com um outro, representado pela mãe, ou figuras semelhantes, através das quais o bebê constitui uma delimitação da totalidade de seu corpo, explica Roza (1987). A formação do corpo enquanto uma unidade depende desta experiência. É através desta vivência que o corpo despedaçado e

disforme do bebê passa a ser percebido por ele mesmo como uma unidade consistente. Já que a criança passa a ter uma compreensão simbólica do espaço imaginário que constitui sua unidade corporal.

A assunção jubilatória de sua imagem especular por esse ser ainda mergulhado na impotência motora e na dependência da amamentação que é o filhote do homem nesse estágio de infans parecer-nos-á pois manifestar, numa situação exemplar, a matriz simbólica em que o [eu] se precipita numa forma primordial, antes de se objetivar na dialética da identificação com o outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito (LACAN, 1966/1998, p. 97).

O terceiro tempo do Édipo constitui-se na saída do Édipo. A criança passa por um processo de alienação ao Outro materno, seguido de um momento de separação operada pelo Nome-do-Pai, que se inscreve no Outro enquanto função significante. Esta separação é necessária para abrir o caminho à identificação. O Outro se constitui para o sujeito como lugar da lei, o Outro do pacto da fala, o Outro da linguagem, o código. É a entrada no simbólico, no mundo dos símbolos, da nomeação dos objetos enquanto algo exterior ao sujeito, o que permite ao sujeito uma percepção mais estruturada da realidade. O sujeito sai do plano puramente imaginário (imagem narcísica do eu) para o simbólico (imagem compartilhada do eu).

Como resultado da inscrição da falta operada pela castração, é permitido ao sujeito atribuir significações diversas a seus significantes, passando da condição de ser o falo da mãe à posição neurótica de falta-a-ser. Ou seja, a posição do sujeito diante do seu ser é uma posição faltosa, já que o sujeito e o ser não têm uma correspondência biunívoca. O sujeito não corresponderá jamais à totalidade de seu ser. Este é o resultado da operação de castração, instaurando a falta e possibilitando a entrada do sujeito na cadeia do desejo.

Na psicose, no entanto, foi dado um outro destino à relação sujeito-linguagem. O significante Nome-do-Pai não entrou como operador, na relação mãe-bebê, barrando o desejo da mãe. A mãe permaneceu no lugar do Outro, caprichoso, absoluto e poderoso, sem interdito. A esta mãe não falta nada, ela possui o falo, vindo o bebê ocupar a função de equivalente ao falo. A lei que impera na psicose é, por isso, uma lei total, tirânica, sem interdito, uma lei que toma o sujeito ao seu bel prazer. Então, mãe tirânica filho psicótico? Não. Dizer que a lei que impera na psicose é a caprichosa lei materna não tem a ver com a mãe enquanto pessoa física e sim com a função, tem a ver com o imperioso desejo materno que, no caso da psicose, não foi condensado pela metáfora paterna. Há por parte do sujeito também uma escolha, inconsciente, em aceitar ou não este lugar de objeto que completará a falta da sua mãe, uma escolha em igualar-se ou não ao falo. Esta é uma escolha inconsciente e necessária à estruturação subjetiva de cada sujeito. Uma resposta do sujeito diante da castração.

É por não haver o interdito pelo Nome-do-Pai que o sujeito psicótico está permanentemente ameaçado de ficar à deriva, à mercê do imperativo do Outro. O ser e o sujeito aparecem colados, sem falta, sem intervalo entre eles, já que está ausente o significante que marca a não correspondência entre a criança e o falo. O falo, portanto, não tem aqui o estatuto de significante da falta como tem na neurose, porém o sujeito psicótico é também efeito do significante, mas do significante que falta. A isto Lacan outorga numerosas conseqüências!

1.4. PSICOSE: A FORACLUSÃO E SEUS EFEITOS SOBRE A LINGUAGEM

A foraclusão ...

A psicose, como foi dito anteriormente, é considerada por Lacan como uma estrutura de linguagem, efeito da relação do sujeito com o significante. Uma estrutura que se revela no dizer do sujeito e que corresponde a um modo particular de articulação dos registros do Real, Simbólico e Imaginário. Estes registros, trabalhados por Lacan ao longo dos seus seminários mais especificamente no RSI (1974-75)⁵, são essenciais à realidade humana, uma vez que o modo de articulação entre eles define a estruturação psíquica do sujeito.

O Imaginário é o campo da imagem, lugar do eu por excelência, lugar das identificações e das relações duais, onde o sujeito se constitui e se diferencia do outro, o semelhante. O Simbólico é o campo da linguagem, campo da lei que estrutura a realidade humana. O Real é o campo do impossível, aquilo que escapa à palavra e à imagem. Um todo consistente que basta a si mesmo e resiste à simbolização.

O significante em questão é o significante fundador do sujeito, fundador da cadeia significante, o separador simbólico, o que coloca borda e delimita o que é externo e o que é interno ao sujeito, a saber, o Nome-do-Pai.

Segundo Lacan (1955-56/2002), o Nome-do-Pai é o significante do Outro enquanto lugar da Lei, significante primordial que vem instaurar no sujeito a lei que ordena seu mundo, operando a função da castração e introduzindo o sujeito na neurose. No entanto, para o sujeito psicótico, no momento em que deveria surgir este significante, Nome-do-Pai, que abre o leque às significações diversas, algo não funcionou. No momento da instauração de uma lei

⁵ RSI. Seminário 1974/75. Publicação interna da AFI. Paris.

mediadora, a lei da linguagem, que possibilita ao sujeito se inserir na cadeia do desejo, a lei prescreveu, mesmo antes da sua instauração. Foi suplantada sem precedentes, por uma recusa absoluta, e o significante ordenador de gozo, Nome-do-Pai, ficou foracluído, fora do registro simbólico. A foraclusão do Nome-do-Pai é o mecanismo específico da psicose. O que isto produz ao nível do sujeito?

Pode-se pensar, inicialmente, qual o estatuto da lei a qual está submetido o sujeito psicótico, já que todo ser humano é regido por uma. “Ela me faz de bolinha, todo mundo me faz de bolinha, manda e desmanda” – esta fala de uma paciente ao relatar sua posição em sua casa, mostra a lei que impera, uma lei de puro capricho! “Uma lei não controlada, uma lei que está toda ela no sujeito que a sustenta, isto é, no bem-querer ou no mal-querer da mãe, na mãe boa ou má” (LACAN, 1957-58/1999, p. 195). Aqui a mãe está inteiramente referida ao grande Outro, ao Outro absoluto, sem barra, o simbólico consistente, tirânico, sem interdito, sem o furo operado pelo Nome-do-Pai. É o Outro que não passou pela operação de castração e do qual o objeto não foi extraído, desvelando a estrutura. A posição estrutural do sujeito na psicose é a de ser o objeto do gozo de um Outro, objeto de uso do Outro, uma vez que o sujeito psicótico está em fusão total com o objeto. Ele é o objeto!

É pelo plano imaginário, a partir da alienação a uma imagem, que o eu do sujeito se constitui. É necessário que o imaginário seja simbolizado, seja traduzido a nível de símbolos que possam servir como referência para o coletivo. A imagem passa a ser reconhecida pelos semelhantes. É o momento do corte realizado pela metáfora paterna, que possibilita uma simbolização da imagem materna que passa à condição de símbolo, permitindo a entrada do sujeito no pacto social da linguagem. O que resta desta operação de simbolização das imagens, o que escapa à imagem e ao significante, ao imaginário e ao simbólico, é o registro do Real.

Na estrutura psicótica ocorre uma alienação radical. O sujeito fica alienado no estádio do espelho. Não há separação entre o sujeito e o Outro, não há constituição de uma imagem corporal reconhecida no espelho como aquilo que o representa. Não há simbolização da imagem, da sua imagem. O pai enquanto instância simbólica encarregada da função de separação do par inicial mãe-bebê, não operou e o bebê foi “abocanhado” pela mãe, instaurando o par outro/eu-mesmo, par que constitui o modelo imaginário do sujeito ao qual o psicótico permanece alienado.

A relação imaginária se instaura sozinha, num plano imaginário que não tem nada de típico, que é desumanizante, porque não deixa lugar para a relação de exclusão recíproca que permite fundar a imagem do eu na órbita que dá o modelo do outro,

mais acabado (LACAN, 1955-56/2002, p. 233).

O pequeno e o grande Outro se confundem na psicose. É no pequeno outro, o semelhante, que retorna o inconsciente e é nesse retorno que o outro com minúscula vira o Outro com maiúscula. O Outro está excluído e o sujeito só lida com o outro, puramente imaginário. O psicótico fica prisioneiro de uma relação dual, o Outro/outro é ao mesmo tempo aquele que ama e aquele que odeia, seu rival e igual.

O psicótico tem uma falha na possibilidade de simbolização, acarretando uma confusão do plano imaginário e do plano do real. O que não quer dizer que não há simbólico na psicose, há, mas há um simbólico consistente demais, um simbólico exterior ao sujeito. A cadeia significante aparece assim fragmentada, sem delimitação simbólica, inundada por uma enxurrada de significantes. Essa enxurrada invade o corpo do sujeito sob a forma de gozo, um gozo sem prazer, um gozo terrível, o gozo do Outro. O gozo é um conceito lacaniano que abrange a pulsão de vida e a pulsão de morte, o prazer e o desprazer. Há um *continuum* entre eles. O gozo não se reduz ao ato sexual, ele escapa ao alcance de qualquer medição. Não há apreensão possível para o gozo, ele é sem limite, transbordante, desmedido. “O gozo é o tonel das Danaides⁶, e que uma vez que ali se entra não se sabe aonde isso vai dar. Começa com as cócegas e termina com a labareda de gasolina. Tudo isso é, sempre, o gozo” (LACAN, 1969-70/1992, p. 68).

Para traçar um limite para o gozo, para não deixá-lo derramar-se entre suas relações, o sujeito neurótico se utiliza de um artifício, o artifício da lei paterna. O Pai simbólico, ao instaurar a interdição do incesto, interdita o gozo parcializando-o em gozo fálico. É necessário “repartir, distribuir, retribuir o que diz respeito ao gozo” (LACAN, 1972-73/1985, p. 11). E é pela via da lei simbólica, que rege os homens na condição de seres que habitam a linguagem, que isto se torna possível. A palavra é veículo de gozo, na produção da linguagem há uma perda de gozo e esse gozo perdido é, ao mesmo tempo, resto e causa da linguagem e do sujeito. No lugar desse gozo perdido, Lacan situa a função do objeto *a*, objeto perdido desde sempre, que diz respeito à falta que movimenta o sujeito na cadeia do desejo e da linguagem. E o sujeito psicótico diante da falta desse significante regulador e limitador do gozo? O que faz esse sujeito diante desse gozo desmedido, da enxurrada de gozo que o invade sem cessar?

Na psicose, o sujeito fica à mercê do gozo, do gozo inconsciente, do gozo do Outro. Não havendo o véu do recalque que protege o neurótico em sua relação com o Outro, o sujeito psicótico testemunha o inconsciente a céu aberto, um Outro absoluto. Não há a inscrição da

⁶ As Danaides, na mitologia grega, são as filhas de Danao que assassinaram seus esposos e foram punidas a encherem de água uma jarra com furos, por onde a água voltava a sair.

falta que funde o desejo e limite o gozo, separando-o do sujeito. O sujeito então é invadido, tomado por um gozo avassalador. É o Outro que goza do sujeito, no sujeito, sem parcialização, sem simbolização do gozo imaginário (gozo fálico). Se o corpo se constitui pela incorporação do simbólico, podemos pensar que, na psicose, a ausência da operação simbólica da castração faz do corpo do psicótico um espaço inundado pelo gozo, um corpo disforme, desamarrado, sem contorno, sem delimitação. O gozo aparece no real do corpo do sujeito, nos fenômenos alucinatórios.

A linguagem ...

Que é que entrevemos da entrada na psicose? – senão que é na medida de um certo apelo ao qual o sujeito não pode responder que se produz uma abundância imaginária de modos de seres que são outras tantas relações com o outro com *a* minúsculo, abundância que suporta um certo modo da linguagem e da fala (LACAN, 1955-56/2002, p. 289).

Como se dá, então, o pacto do psicótico com a linguagem? “A questão que se coloca a propósito das psicoses é saber o que acontece com o processo da comunicação quando, justamente, ele não chega a ser constitutivo para o sujeito” (LACAN, 1957-58/1999, p. 151).

A lei do homem é a lei da linguagem. Todo sujeito primordialmente entra no mundo sendo falado pelo Outro, que diz dele. Na psicose, entretanto, ocorreu uma falha na inscrição do Outro da linguagem. A função significante do Nome-do-Pai é a função que funda o lugar do Outro enquanto campo dos significantes, função que funda a falta e com ela o desejo, que, por condição, é sempre insatisfeito. É a função que insere o sujeito na cadeia significante, na metonímia do desejo, permitindo que o sujeito entre no deslizamento dos objetos, desejando sempre outra coisa, e outra e outra... Na psicose, esta função não operou, o que deixa marcas sobre o próprio funcionamento da linguagem.

Para que haja psicose, é preciso haver distúrbios de linguagem, diz Lacan no Seminário das Psicoses (1955-56/2002). Os enlaçamentos ou a disjunção da palavra à coisa que aparecem na neurose, não existem na psicose, pois o significante comporta por si só uma significação. Não há deslizamento de significantes produzindo uma significação. Na psicose, a significação se encerra no significante. A palavra tem peso de coisa, é material, absoluta, cheia de sentido.

Na psicose é o significante que está em causa, e como o significante não é nunca solitário, como ele sempre forma alguma coisa de coerente – é a significância mesma do significante – a falta de um significante leva necessariamente o sujeito a reconsiderar o conjunto do significante (LACAN, 1955-56/2002, p. 231).

É de uma posição de assujeitamento, onde o inconsciente está a céu aberto, que o sujeito psicótico testemunha que não habitamos a linguagem, mas somos habitados por ela. Na neurose, com o significante ordenador, Nome-do-Pai, o sujeito se organiza. O que na psicose não acontece, fazendo o psicótico ser inundado pela linguagem, testemunhando seus efeitos no real de seu corpo, nas vozes alucinadas as quais tem que obedecer, responder ou até mesmo silenciar. “Eles estão aqui. Não posso falar, se eu falar, eles me matam”, assim descreve uma paciente sobre o real pelo qual é acometida.

As palavras querem me ser, diz Manuel de Barros (1990). Desaparece o intervalo entre os significantes, estes permanecem solidificados, comportando a estrutura do significante como tal.

Para Lacan, o significante tem a função de representar o sujeito determinando-o. Na psicose, o sujeito é representado pelo significante que falta, ou seja, diante da falta do significante Nome-do-Pai que instaure a lei, que interdite o incesto, que ordene a linguagem, o psicótico é invadido pela linguagem. A cadeia significante se desarticula, a relação simbólica entre o código e a mensagem se rompe e o imaginário invade o psicótico, nas vozes alucinadas, no imperativo do Outro. Na linguagem psicótica, portanto, os fenômenos de desarticulação da cadeia (delírios, alucinações, frases interrompidas, neologismos⁷) são inerentes à maneira do psicótico lidar com a linguagem.

O significante como existindo sincronicamente e suficientemente caracterizado na fala delirante por uma modificação que destaquei aqui, a saber: alguns de seus elementos se isolam, tornam-se pesados, ganham um valor, uma força de inércia particular, carregam-se de significação, simplesmente de uma significação (LACAN, 1955-56/2002, p. 67).

Sobre esta peculiaridade da estrutura psicótica, Lacan relembra a noção de linguagem para a lingüística, onde há sempre um significante ligado a um significado. Este significado, entretanto, não tem relação natural com o objeto em si. A palavra não é a coisa mesma, não se esgota em uma só significação. Na psicose, algo diferente se coloca. A palavra do psicótico não tem mediação, é ao “pé da letra”. Aparece em uma total materialidade, de uma forma absoluta e enigmática, onde a palavra e a coisa são uma só, cheias de sentido.

É a significação que basicamente só remete a ela própria, que permanece irreduzível. O próprio doente sublinha que a palavra tem peso em si mesma. Antes de ser

⁷ Neologismo é um fenômeno lingüístico que consiste na criação de uma palavra nova ou atribuição de um novo sentido a uma palavra antiga. Os poetas assim como os loucos o fazem com frequência. Um exemplo de neologismo pode ser visto na frase de Manoel de Barros (1996) “O antesmente verbal: a despavira mesmo”.

redutível a uma outra significação, ela significa em si mesma alguma coisa de inefável, é uma significação que remete antes de mais nada à significação enquanto tal (LACAN, 1955-56/ 2002, p. 43).

O significante na psicose se materializa. Não há cadeia significante, o S1 e o S2 estão colados. “É esta solidificação do primeiro par de significantes (S1-S2), par essencial à constituição do ser falante, que tem como efeito último a própria anulação do sujeito” (SANTIAGO, 2005, p. 162). A dificuldade de simbolizar, encontrada pelo psicótico, faz com que esses significantes apareçam no real, de maneira avassaladora, terrível, deixando o sujeito à deriva, sem separação entre o que é interior e exterior. Numa continuidade de significantes sem sentido. Numa tentativa inesgotável de dizer o indizível, como se fosse possível buscar o além da linguagem, o impronunciável, o real.

1.5. A SUPLÊNCIA NA PSICOSE: O PORQUÊ DA ESCRITA

Suplência é um termo utilizado por Lacan de diferentes formas ao longo do seu ensino. Dos anos 50 aos anos 70, do Simbólico ao Real, do Nome-do-Pai aos nomes-do-pai, o termo suplência sai do estatuto de sintoma assumindo o de sinthoma.

No sentido do dicionário⁸ suplência significa ação de suprir, de substituir; qualidade ou cargo de suplente. Em *Uma Questão preliminar a todo tratamento possível da psicose*, Lacan (1966/1998) utiliza o termo suprir, pela primeira vez, referindo-se a uma possibilidade de substituição ao lugar vazio deixado pela forclusão do Nome-do-Pai, na psicose. É aí neste lugar de suplência ao Nome-do-Pai que não operou, que situamos o lugar da escrita como um suplente, um elemento que vem suprir a metáfora paterna que não operou para o psicótico.

Ao falar da psicose, Lacan enfatiza uma falha no enlaçamento dos registros do Real, do Simbólico e do Imaginário, contrapondo neurose, como efeito da presença do significante Nome-do-Pai, e psicose como a ausência, a falta mesmo, deste significante.

Na estruturação neurótica, a metáfora paterna se inscreveu, furando os registros, colocando neles uma falta, uma falta que permite ao sujeito, separar-se do seu ser, ou seja, que permite que o sujeito apareça somente nos intervalos entre os significantes, porque há intervalo, há uma falta entre eles, falta constitutiva do sujeito desejante. Na psicose, foi dado um outro destino estrutural. O Nome-do-Pai como possibilidade de articulação entre os registros não operou, deixando os três registros soltos, desatados. O sujeito e o ser do

⁸ Moderno dicionário enciclopédico brasileiro da editora Educacional Brasileira S.A., Curitiba, 1986.

psicótico aparecem colados, não há falta, não há intervalo entre os significantes e os três registros são apreendidos em uma totalidade, sem furo, sem relativização. A não inscrição do Nome-do-Pai é a marca da psicose, da totalidade, das extremidades, da fixidez em que se encontra o sujeito psicótico.

Nem todos os tamboretos têm quatros pés. Há os que ficam em pé com três. Contudo, não há como pensar que venha faltar mais um só senão a coisa vai mal. Pois bem, saibam que os pontos de apoio significantes que sustentam o mundinho dos homenzinhos solitários da multidão moderna são em número muito reduzido. É possível que de saída não haja no tamborete pés suficientes, mas que ele fique firme assim mesmo até certo momento, quando o sujeito, numa certa encruzilhada de sua história biográfica, é confrontado com esse defeito que existe desde sempre (LACAN, 1955-56/2002, p. 231).

A fragilidade de uma amarração possível é marca da psicose. O sujeito psicótico se equilibra como pode. E consegue neste equilíbrio assumir funções como trabalhar, estudar, freqüentar grupos. Entretanto, que outras amarrações podem se processar diante da falta do Nome-do-Pai? Que outros recursos podem operar para manter juntos os três registros possibilitando ao sujeito algum equilíbrio? É de uma suplência à forclusão do Nome-do-Pai que precisa o psicótico. Algo que venha operar como uma possibilidade de substituição, de compensação deste Nome-do-Pai que faltou. Uma suplência em substituição a “um pai”, enquanto função que anteriormente não operou.

Neste primeiro momento de seu ensino, Lacan enfatiza o registro do simbólico, lugar do Outro com maiúscula, a partir do qual cada sujeito se inscreverá de uma determinada forma – neurótica ou psicótica – na linguagem. Na neurose, o Outro é barrado pelo significante que limita o gozo e o parcializa em gozo fálico. Na psicose, ao Outro faltou esta barra e a função da suplência é colocar uma barra no Outro, possibilitando uma separação, uma extração, uma delimitação, para que o gozo invasivo e total do Outro da linguagem, não inunde o sujeito. Sem o recurso do Nome-do-Pai que barre esta fusão do sujeito psicótico com o objeto, ele se torna o objeto mesmo do Outro, objeto de uso e de ordem. É uma suplência bem sucedida o que vai impedir a desordem, o que vai religar, reter os elementos em seu movimento de dispersão.

A amarração dos registros pelo Nome-do-Pai suplente permite o acesso do ser falante aos discursos e, conseqüentemente, ao laço social. Este é o momento em que o psicótico se encontra fora do desencadeamento, fora da crise e dentro da possibilidade de uma circulação, de uma movimentação no circuito social. Neste momento, o sujeito psicótico ex-siste (existe fora) a essa ordem, já que mesmo fora, está ali na borda, no contorno, tocando o dentro e o fora, de uma posição não de compartilhar o que está dentro, mas de tocar o que está fora. “As

incurções do psicótico nos laços sociais, às vezes são excursões – ele faz circuitos por entre os laços sem entrar neles” (QUINET, 2006, p. 53).

O que faria então esta suplência?

A suplência, encarregada de uma amarração, é da ordem de uma invenção, de uma invenção particular. Uma suplência não pode ser garantida a priori. Só é possível falar em uma suplência bem sucedida se o sujeito tomar isto e não aquilo como tal. Uma invenção a partir do nada, a invenção de um sintoma a partir do vazio deixado pela forclusão do Nome-do-Pai.

O delírio pode servir ao sujeito como suplência, como fez Schreber ao assumir, delirantemente, o lugar da Mulher de Deus, lugar destinado a ele como possibilidade de salvação do mundo através da criação de uma nova raça. Esta arrumação delirante passa a dar um sentido ao sem sentido das alucinações que invadem o corpo de Schreber (os raios divinos, a transformação do seu corpo em um corpo feminino...). O trabalho delirante é uma tentativa de reconstrução do mundo subjetivo do sujeito e, portanto, uma tentativa de cura. Segundo Freud (1911/1987), a formação delirante, que presumimos ser o produto patológico, é, na realidade, uma tentativa de restabelecimento, um processo de reconstrução. Lacan (1966/1998), em *Uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose*, reafirma Freud, propondo o delírio como um método de tratamento das psicoses, uma forma encontrada pelo sujeito de subjetivar e construir uma nova realidade que, no caso de Schreber, resumiu-se em transformar-se na mulher de Deus.

Outra forma de suplência é a arte, como fez Arthur Bispo do Rosário, ao recolher, no lixo do hospital, sucatas, restolhos e trapos de pano, material necessário para a “reconstrução do universo”. Após o desencadeamento psicótico de Bispo, o que sustentava sua estruturação subjetiva e sua possibilidade de circulação no mundo simbólico se desmoronou. Bispo é internado na colônia Juliano Moreira, no Rio de Janeiro, e seu movimento delirante era o de estar em um mundo que precisava ser reconstruído. Para Bispo, havia uma missão a ser cumprida. Nomeando-se o senhor do labirinto, sua missão, delirante, era reconstruir o universo e apresentá-lo a Deus na hora da passagem. *Não faço isto para os homens, mas para Deus*, assim começa Bispo a tecer em panôs (pedaços de pano bordados) e juntar em assamblages (estandartes que continham objetos pendurados) objetos do mundo, numa tentativa de agrupá-los em conjuntos, nomeá-los, fazendo assim existir no real dos objetos e nas linhas do bordado o que não pôde ser simbolizado por palavras. A arte, associada ao delírio, entra, então, como uma suplência num momento em que somente sua produção delirante não podia dar conta de construir uma possibilidade de estruturação. Esta suplência

permitiu a Bispo ocupar uma posição de sujeito, um sujeito criador.

A escrita, utilizada por James Joyce, Antonin Artaud e tantos nomes citados na literatura e na poesia, é um exemplo de suplência um tanto recorrente no cotidiano do Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira em João Pessoa/PB, local onde escuto pacientes psicóticos em atendimentos individuais e em oficinas. J. é um paciente que frequenta há cinco anos os atendimentos. Para ele, a escrita sempre esteve presente de forma contínua e necessária: “... *escrevo assim para aliviar. Meu problema é mulher, não posso viver sem mulher, porque homem e mulher são complementos, não sei viver sozinho, sou muito potente, aí quando escrevo gozo, uma, duas, três vezes numa noite, a escrita me alivia...*”. J. escreve poesias eróticas sempre que o tormento das alucinações e sonhos se tornam insuportáveis. Escreve, lê e rasga o papel, seqüência de atos nem sempre fixa, mas que serve a J. como uma forma de se relacionar com o mundo interno e externo que se encontram por vezes tão misturados.

A suplência pode assumir tantas formas inesperadas inventadas por cada sujeito. A forma de uma identificação imaginária, de um Nome ou a escrita, foco deste trabalho.

Todas estas formas de suplência assumem a função de um significante, um significante que pode operar como amarrador, ainda que de forma frágil e evanescente, possibilitando ao sujeito manter-se no mundo mesmo sem o quarto pé estrutural, o Nome-do-Pai, existente no tamborete do neurótico.

Em segundo momento de seu ensino, Lacan inaugura uma nova clínica, a clínica borromeana, clínica do Real, do sinthoma, onde não há um Nome-do-Pai que garanta ao sujeito a instauração de uma lei, mas sim nomes-do-pai, diversos nomes, diversas funções, à escolha do sujeito. É a noção de nó borromeano trazida por Lacan que vai marcar a relação dos três registros (RSI) entre si e seus efeitos sobre o sujeito.

A definição do nó borromeano parte de três. “É, a saber, que se de três vocês rompem um dos anéis, eles ficam livres todos os três, ou seja, os dois outros se soltam” (LACAN, 1963/2005, p. 5). Esta estrutura vem do brasão da família Borromeos, cuja característica consistia justamente numa amarração feita de tal forma que, se um dos anéis se soltasse, os outros dois também se soltariam.

Lacan utiliza a imagem do brasão para fazer uma analogia ao Real, Simbólico e Imaginário, pontuando que há algo operando como amarração necessária para que os anéis não fiquem soltos, isolados, um quarto anel que funcione como nó. Este nó, encerrado no Nome-do-Pai durante o primeiro momento do ensino de Lacan, perde seu estatuto de divisor de águas entre neurose e psicose. Ocorre uma passagem da função paterna, como ordenadora

e organizadora do campo subjetivo do sujeito, para uma função sintomática. Isso implica numa pluralização do Nome-do-Pai que reduz o abismo entre neurose (como presença) e psicose (como ausência). O que passa a vigorar é a lei da suplência, a lei do *sinthoma*, marcando com isso um distanciamento da clínica centrada no Simbólico (início do ensino de Lacan) para a clínica do Real, do gozo, do *sinthoma*, da invenção, marcada por um “saber-fazer”, referente ao segundo momento do seu ensino, uma clínica que se aproxima da arte e da poesia, assim fala Miller (2003) em seu texto *O real é sem lei*.

“A suplência não é mais o que responde ao déficit do Nome-do-Pai do Édipo. A suplência se generaliza no sentido em que todo ser humano nada mais é que um falasser em potencial” (DEFFIEUX, 2006, p. 167). Falasser foi um termo criado por Lacan, nesta a mudança ocorrida em seu ensino, pontuando a mudança de posição do sujeito diante da linguagem. “Com a generalização do Nome-do-Pai, o lugar do falasser predomina sobre o lugar do sujeito do significante, efeito evanescente da cadeia significante, e do ser, que em relação à linguagem, está colocado na lateral” (LACAN, 1972-73/1985, p. 61). O gozo no ser falante é aparelhado pela linguagem, que associa cadeias de gozo. Efeitos de sujeito a partir de atos de nomeação. Quando se trata da nomeação como ato e não de Nome-do-Pai como ponto de basta, Lacan se refere ao conceito de *lalangue*⁹ que coloca em questão a evidência da comunicação. O que Lacan traz com a *lalangue* é que o que se diz serve ao gozo, que é esta sua função própria e “não a comunicação” (MILLER, 2004).

Inventar uma suplência é da ordem de um saber do que fazer com a falha estrutural do Outro. Em outros termos, é saber o que fazer com a forclusão estrutural do significante do Outro, uma forclusão generalizada, um para além do Édipo, para além do Outro. Uma suplência como amarração possível aos três anéis é uma forma de suprir a forclusão generalizada, de se dar a cadeia borromeana.

Nesse sentido, Lacan (1972-73/1985) propõe, no *Seminário 20 - Mais Ainda*, o conceito de *lalangue* enquanto um simbólico não referido ao Outro, mas ao Um, o que implica na palavra como veículo de gozo e não de comunicação, porquanto não está endereçada ao Outro. Essa referência ao Um traz implícita uma mudança na operação de estruturação do ser falante, pois propõe o gozo e *lalangue* como anteriores ao Outro e a linguagem como estrutura. Isso será visto de forma mais detalhada no capítulo seguinte.

Se num primeiro momento a suplência é pensada em relação à forclusão do Nome-do-Pai referente à estrutura psicótica, com a generalização da forclusão como falha estrutural

⁹ *Lalangue*, traduzido como *alíngua*, foi um neologismo criado por Lacan para designar a língua do inconsciente.

no Outro, podemos pensar numa clínica de suplências que se estende à neurose. Sendo assim, o próprio Nome-do-Pai é uma suplência, uma suplência arrumada pelo neurótico diante à falha estrutural do Outro. E o psicótico?

As amarrações encontradas pelo sujeito psicótico, como as citadas anteriormente (arte, delírio, escrita...), continuam carregando sua possibilidade de suplência. O que muda no ensino de Lacan é a que se faz suplência. Não é mais a um Nome-do-Pai que faltou ao psicótico, mas a uma falha estrutural do Outro da linguagem, do Outro inconsciente, a isto Lacan chamou de forclusão generalizada. A linguagem comporta essa falta em si, a falta estrutural do outro significante. Assim, jamais se poderá abarcar a totalidade do dizer, resta sempre algo a ser dito, algo que nunca será dito. Falta um significante ao mundo dos significantes.

Neste trabalho, escolhemos falar da escrita, que é “[...] acima de tudo, um procedimento do qual atualmente nos servimos para imobilizar, para fixar a linguagem articulada por essência fugidia” (HIGOUNET, 2003, p. 9). Um sistema de linguagem que pode, por seu caráter fixador e organizador, servir ao psicótico como uma suplência. Dizemos uma porque, como foi ressaltado anteriormente, não há limite para a suplência. Sendo da ordem de uma invenção ela é particular. Muito embora um mesmo recurso, como no caso da escrita, possa ser utilizado como suplência por diferentes sujeitos, não há garantias a priori, é o que o sujeito vai fazer desse recurso que dará a este o estatuto (ou não) de suplente.

A função da escrita para o sujeito psicótico se distingue, em muito, da função de um texto para ser lido e interpretado, Mandil (2003) resalta que a demanda de interpretar, na psicose, é instituída pelo próprio autor. É ele quem traz, por meio de seu escrito, uma auto-interpretação do inconsciente em que, o que não pode ser representado, pode, no entanto, ser escrito.

Escrevendo, o sujeito pode renomear as coisas, acreditando, quem sabe que os nomes não são nomes, mas as coisas mesmas, em sua singularidade, em sua corporeidade, em sua matéria bruta. O psicótico permanece, de certo modo, irremediavelmente assujeitado a esse mundo de palavras que parece falar através dele, diz Lúcia Castello Branco (1998) em seu livro *Coisa de Louco*.

A escrita na psicose pode se constituir em uma tentativa de cura, uma possibilidade de afastamento do gozo invasivo e total do Outro da linguagem. Escrevendo é possível, para o sujeito, muitas vezes, extrair um pouco deste gozo avassalador e dar um contorno ao ilimitado do corpo. O sujeito pode colocar no real da escrita, na sua função de significante, um gozo que escapa à mediação da palavra e que precisa ser contido por meio de um ato, um ato do

sujeito, permitindo ao psicótico sair da posição de objeto. A escrita aparece como um delírio, construindo a história do sujeito, ou também como ponto de basta, marcando com a palavra, extraindo gozo. A palavra, a letra se tornam objetos pulsionais, fazendo amarrações, costurando nós.

Todo problema, parece-me, é que no princípio era o verbo. E o sujeito é desde sempre no meio. Como fazer, então, com que, em meio a essa história que começa sempre pelo meio, algo da ordem de um princípio, de um começo, possa advir? Essa questão, a que se reduz toda a trajetória poética, não passa, afinal, da questão do sujeito no simbólico. E como é somente a partir do ponto que a significação se completa, talvez pudéssemos inventar aqui um começo justamente pelo ponto, quem sabe não o ponto final, mas o ponto de fuga... (BRANCO, 1998, p. 34).

Um ponto de basta! Ponto que se refere ao cruzamento do eixo sintagmático e paradigmático na rede, em que, pelo deslizamento dos significantes, produzem-se os sentidos, “o ponto de convergência que permite situar retroativamente e prospectivamente tudo que se passa no discurso” (LACAN, 1955-56/2002, p. 303), onde a significação só se produz a posteriori, com o fechamento da frase. Escrever então parece ser uma saída para o sujeito psicótico. Um ato onde o sujeito tenta produzir uma borda, uma contenção, um ponto de amarração que possa funcionar como um basta à invasão de gozo do Outro da linguagem. Um contorno ao ilimitado do corpo. Ao escrever, inscreve-se ali um sujeito.

A partir da função que tem a escrita na psicose, o que diria a lingüística sobre a escrita? Que sistema de linguagem é esse? De que forma se estrutura? Qual a diferença deste sistema – a escrita – da língua falada? Essas são questões a que esta dissertação se propõe, utilizando-se da lingüística saussuriana e da psicanálise lacaniana, numa tentativa de descobrir qual o diálogo possível entre esses saberes no tocante à escrita, nesta forma particular de estruturação do sujeito em relação à linguagem, que é a psicose. Para tanto, faz-se necessário situar o sujeito psicótico em relação a três conceitos importantes que permeiam tanto a lingüística como a psicanálise: Linguagem, língua e escrita, numa tentativa de esmiuçar a relação entre uma estrutura subjetiva – a psicose – e um sistema estrutural de linguagem – a escrita.

**CAPÍTULO II:
LINGUAGEM, LÍNGUA E ESCRITA: QUE ESTRUTURAÇÃO NA PSICOSE?**

“Um dia, haverá um livro especial e muito interessante a ser escrito sobre o papel da palavra como principal perturbador da ciência das palavras”.

Ferdinand de Saussure (apud
BOUQUET, 1997, p.71)

2.1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo, partiremos dos conceitos de linguagem, língua e escrita, pontos comuns à lingüística e à psicanálise, com o intuito de avaliar as especificidades de cada área em relação a estes pontos. Na discussão lingüística, deter-nos-emos aos estudos de Ferdinand de Saussure, em especial a partir da publicação do *Curso de lingüística geral*¹⁰ (1972), por entendermos ser a lingüística estrutural a possibilidade de diálogo com a psicanálise lacaniana.

A proposta é fazer uma discussão no sentido de localizar a estrutura psicótica em relação à linguagem, à língua e à escrita. Assim como, a partir da delimitação do funcionamento do sistema da língua, possibilitar uma construção, no capítulo seguinte, da hipótese saussuriana de que a escrita, enquanto sistema lingüístico, é comparável à língua. Como também desenvolver a hipótese de que diante da impossibilidade psíquica encontrada pelo sujeito psicótico de compartilhar das regras e convenções do sistema da língua, o que acarreta conseqüências em sua fala ou forma de falar, a escrita seria um sistema de linguagem possível na psicose.

2.2. ENCONTROS E DIFERENÇAS NA LINGÜÍSTICA SAUSSURIANA: LINGUAGEM, LÍNGUA E ESCRITA

A fundação da lingüística moderna por Ferdinand de Saussure é reconhecida desde o início do século XX com a publicação do *Curso de lingüística geral*. Segundo Bouquet (1997), a reflexão saussuriana chamada de lingüística geral não se refere a um conteúdo conceitual unificado, nenhum termo ou elemento lingüístico pode ser definido por si mesmo, mas somente em relação aos outros termos do sistema da língua. As dicotomias saussurianas – língua/fala, significante/significado, sintagma/paradigma, valor *in praesentia/in absentia*, etc. – caracterizam o caminho feito por Saussure em sua especulação analítica sobre a linguagem. Embora Saussure tenha escolhido o ponto de vista da língua como critério para o estudo da lingüística estrutural, ele o fez levando em conta a universalidade da linguagem.

Hoje, vê-se que há reciprocidade permanente e que, no ato de linguagem, a língua tem, ao mesmo tempo, sua aplicação e sua fonte única e contínua, e que a linguagem

¹⁰ Curso de Lingüística Geral – CLG, publicado três anos após a morte de Saussure, por dois de seus alunos, Charles Bally e Albert Sechehaye.

é, ao mesmo tempo, a aplicação e o gerador contínuo da língua, [...] a reprodução e a produção (SAUSSURE in BOUQUET E ENGLER, 2002, p. 115).

A partir da publicação do CLG, os estudos da linguagem conquistaram uma identidade centrada no estudo científico da língua. A lingüística saussuriana se preocupa com o caráter estrutural, com a forma como se estrutura e funciona o sistema da língua.

Ao longo do seu estudo, Saussure tratou das questões da linguagem, da língua e da fala, fatos sempre relacionados uns aos outros, o que dificultava estabelecer um ponto de partida para a lingüística.

“Será que a lingüística encontra diante de si, como objeto primeiro e imediato, um objeto *dado*, um conjunto de coisas evidentes, como é o caso da física, da química, da botânica, da astronomia, etc.?” (SAUSSURE in BOUQUET E ENGLER, 2002, p. 23). (Grifo do autor). Não. De maneira nenhuma, a resposta a um enquadramento da lingüística no campo da ciência passa pela existência de um objeto dado de antemão. A lingüística não oferece um elemento único, uma entidade pura e simples, possível de medir e delimitar. “Lembremos, com efeito, que o *objeto* da lingüística não existe para começar, não é determinado em si mesmo. Daí, falar de um objeto, *nomear* um objeto, nada mais é do que recorrer a um ponto de vista *A determinado*” (SAUSSURE in BOUQUET E ENGLER, 2002, p. 23). (Grifo do autor). É pela ausência de uma unidade concreta que Saussure defende a idéia de que é o ponto de vista que cria o objeto.

Outras ciências trabalham com objetos dados e que se pode considerar, em seguida, de vários pontos de vista; em nosso campo nada de semelhante ocorre. [...] Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto (SAUSSURE, 1972, p. 15).

É do ponto de vista da língua que Saussure cria o objeto da lingüística. Fazer uma escolha por um objeto de estudo, levando em conta o caráter científico da lingüística, não fecha o estudo lingüístico em um só objeto e sim mantém aberta a dialética característica das dicotomias saussurianas. As dualidades não apontam para uma reciprocidade ou para uma equivalência, como tão pouco para uma exclusão. Língua e fala, significante e significado, sintagma e paradigma, a teoria do valor etc. não se misturam, mas se relacionam para fazer existir o movimento do sistema da língua. A mais simples expressão dessas dualidades é o significante e o significado, elementos heterogêneos sem nenhuma relação natural entre eles. O movimento do sistema lingüístico não é de forma alguma reduzir significante e significado a um só elemento transformando-os em um só objeto, mas sim de investigar as relações que se formam entre eles. É o movimento do sistema lingüístico o que interessa à lingüística enquanto uma ciência da língua.

Se a linguagem fosse tomada como ponto de partida, não seria possível uma delimitação. A linguagem corresponde a um sistema amplo, sem contorno, sem limite entre os elementos que a constitui. “Multiforme e heteróclita, a linguagem não se deixa classificar a nenhuma categoria dos fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade” (SAUSSURE, 1972, p. 17). Ampla, cobiçada por diversas áreas do conhecimento, a linguagem alcança domínios além dos da lingüística. Tomar a linguagem para estudo científico e estrutural seria enlouquecer nas diversidades infinitas de seus domínios. Não é possível delimitar ou enquadrar o total da linguagem quando se trata de dar à lingüística um estatuto de cientificidade.

Quem se coloca diante do objeto complexo que é a linguagem, para fazer seu estudo, abordará necessariamente esse objeto por tal ou tal lado, que jamais será toda a linguagem, supondo-se que seja muito bem escolhido, e que se não for tão bem escolhido, pode nem ser de ordem lingüística ou representar, depois uma confusão inadmissível (SAUSSURE in BOUQUET E ENGLER, 2002, p. 25).

A linguagem para se manifestar e para ser abordada cientificamente necessita da língua. “A linguagem é um fenômeno; é o exercício de uma faculdade que existe no homem. A língua é o conjunto de formas concordantes que esse fenômeno assume numa coletividade de indivíduos e numa época determinada” (SAUSSURE in BOUQUET E ENGLER, 2002, p. 115). É por acreditar que não se pode abarcar o geral da linguagem que Saussure delimita a língua e atribui a ela a característica de ser o produto social que a lingüística deve estudar.

Onde encontramos o fenômeno concreto, completo, integral, da língua ou da linguagem? [...] Eis a solução que podemos adotar: há em cada indivíduo uma faculdade que podemos denominar *faculdade de linguagem articulada*. Essa faculdade [...], seria materialmente impossível exercê-la sem uma outra coisa que é dada de fora ao indivíduo: a língua. É preciso que o conjunto de seus semelhantes lhe dê o meio para isso que chamamos de língua (SAUSSURE apud BOUQUET, 1997, p. 124). (Grifo do autor).

Como delimitar, então, a língua?

A língua não é uma substância, nem um objeto único e material que se encerra nele mesmo. A língua, ao contrário, é um sistema em movimento, que só pode ser estudado em um dado momento. É uma máxima saussuriana dizer que a língua é uma forma não uma substância.

FORMA = Não uma certa entidade *positiva* de uma ordem qualquer, e de uma ordem simples; mas a entidade ao mesmo tempo *negativa* e *complexa*: que resulta (sem nenhuma espécie de base material) da *diferença* com outras formas, COMBINADA à *diferença* de significação de outras formas (SAUSSURE in BOUQUET E ENGLER, 2002, p. 36). (Grifo do autor).

A identidade da língua reside, portanto, no caráter negativo e diferencial de seus elementos, que assumem formas diferentes de acordo com o movimento do sistema. Os elementos que constituem o sistema da língua não existem de forma isolada, no um a um, mas sim numa relação de oposição com os elementos ao seu redor – um elemento é o que o outro não é. A língua é, portanto, um sistema em movimento e seus elementos ganham existência, significações e valores diferentes de acordo com seu mecanismo.

Língua e fala se encontram no fenômeno geral da linguagem. A linguagem permite o acesso à língua e, assim, à fala.

O estudo da linguagem comporta, portanto, duas partes: uma, essencial, tem por objeto a língua, que é social em sua essência e independe do indivíduo; esse estudo é unicamente psíquico; outra, secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala, inclusive a fonação e é psico-física” (SAUSSURE, 1972, p. 27).

Definir o que era social e o que era particular constituiu, para Saussure, o ponto central da dicotomia língua/fala. Segundo ele, a língua é um objeto possível de ser estudado, pois é nela que está a organização dos signos comuns a uma sociedade. É no social que a lingüística toma corpo enquanto uma ciência da língua. Nenhum fenômeno, segundo Saussure, pode ser considerado lingüístico se for produto individual.

Essa dicotomia língua/fala, entretanto, é algo de difícil separação. Embora totalmente distinta da fala, a língua é ao mesmo tempo o que permite a fala e o efeito dela. “Sem dúvida esses dois objetos estão estreitamente ligados e se implicam mutuamente; a língua é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos; mas esta é necessária para que a língua se estabeleça [...]” (SAUSSURE, 1972, p. 27).

Saussure não escreve uma teoria sobre a fala especificamente. A fala trata de uma seqüência linear de signos que estão disponíveis na língua, numa linearidade. Há um fluxo na cadeia falada, um fluxo de signos que se relacionam entre si.

De um lado, no discurso, os termos estabelecem entre si, em virtude de seu encadeamento, relações baseadas no caráter linear da língua, que excluem a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo. Estes se alinham um após outro na cadeia da fala (SAUSSURE, 1972, p. 142).

Parte ativa e individual da linguagem, a fala é o uso individual do código da língua. É impossível, portanto, conceber uma fala onde os signos sejam criados pelos falantes a cada instante da fala. Se assim fosse não haveria possibilidade de comunicação, todos falariam a linguagem da loucura.

As combinações feitas pelo ser falante no ato da fala necessitam do código da língua.

A fala não existe por si só, mesmo privado do uso da fala, o homem conserva a língua. Entretanto, a fala é fruto de uma escolha individual e momentânea. Segundo Saussure (2002), uma palavra só existe, verdadeiramente, pela sanção que recebe, a cada momento, daqueles que a empregam. “Existe, pois, interdependência da língua e da fala; aquela é ao mesmo tempo o instrumento e o produto desta” (SAUSSURE, 1972, p. 27).

Saussure escolhe, então, a língua, parte essencial da linguagem, como objeto de estudo da lingüística. É a língua que faz a unidade da linguagem. Ela “é ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (SAUSSURE, 1972, p. 17). Um princípio de classificação, um conjunto de regras, o código. Por isso, diz Saussure:

[...] é necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem. De fato entre tantas dualidades, somente a língua parece suscetível duma definição autônoma e fornece um ponto de apoio para o espírito (SAUSSURE, 1972, p. 16).

Se Saussure escolheu a língua não quer dizer que ele tenha descartado a linguagem e a fala. Linguagem, língua e fala são conceitos interligados e interdependentes. Há como distingui-los, mas não há como separá-los. São solidários em seus funcionamentos. A linguagem é o sistema geral, multiforme e heterogêneo, sistema necessário para que a língua se estabeleça. A fala é individual, responsável pela possibilidade de mudanças dentro do sistema lingüístico. É no ato da fala, experimentado inúmeras vezes pelo falante, que as palavras se consagram e se modificam na língua. Mas quando se trata de delimitar um fenômeno lingüístico, o caminho escolhido por Saussure foi o tesouro coletivo: a língua.

A língua está para a linguagem assim como a lingüística para a semiologia, diz Saussure (1972), a tarefa do lingüista é definir o que faz da língua um sistema especial no conjunto dos fatos semiológicos. A Semiologia é a teoria geral dos signos que se detém não somente na linguagem verbal, mas abrange qualquer sistema de comunicação natural ou convencional (da linguagem humana à animal). A Lingüística por sua vez estuda a linguagem humana sendo, portanto, uma parte do sistema geral e abrangente de signos que é a Semiologia. Assim, a língua é um sistema convencional de signos que faz parte do sistema natural ao ser humano. Seu funcionamento e leis permitem o entendimento de outros sistemas.

Para atribuir à língua o primeiro lugar no estudo da linguagem, pode-se, enfim, fazer valer o argumento de que a faculdade – natural ou não – de articular palavras não se exerce senão com ajuda de instrumento criado e fornecido pela coletividade; não é,

então, ilusório dizer que é a língua que faz a unidade da linguagem (SAUSSURE, 1972, p. 18).

A língua tem um funcionamento próprio com regras e formas delimitadas. É um sistema de signos. Um sistema que funciona a partir de uma relação de diferenças e negatividade entre os signos que o constitui e que se organiza de acordo com o valor assumido por estes signos, a partir de relações que caracterizam o mecanismo da língua: as relações sintagmáticas e as associativas.

Descrever a língua enquanto um sistema lingüístico, seu funcionamento, regras e movimentos, permite pensar sobre o funcionamento de outros sistemas, como o da escrita. “A língua é um sistema de signos que exprimem idéias, e é comparável, por isso, à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares etc., etc.” (SAUSSURE, 1972, p. 24). É com o intuito de desenvolver de que forma se estrutura a escrita enquanto sistema lingüístico, que se torna importante falar de que forma o movimento do sistema da língua acontece.

A noção de sistema está presente em todo o estudo de Saussure. Foi tencionando mostrar de que forma a língua se organiza, que Saussure postulou que nada existe de forma isolada na língua. Nenhum termo existe por si mesmo, mas numa relação de não-coincidência com os termos vizinhos.

Às unidades do sistema da língua, Saussure vai chamar de signos, unidades lingüísticas constituídas pela união de dois termos: O significante (imagem acústica) e o significado (conceito), “[...] os termos implicados no signo são ambos psíquicos e estão unidos, em nosso cérebro, por um vínculo de associação” (SAUSSURE, 1972, p. 80), pois cada parte do signo embora seja profundamente distinta, é necessária uma a outra e quando unidas no interior da língua, tornam-se concretas, definidas. “A entidade lingüística só existe pela associação do significante e do significado; se retiver apenas um desses elementos, ela se desvanece; em lugar de um objeto concreto, tem-se uma pura abstração” (SAUSSURE, 1972, p. 119).

A associação que constitui o signo é formada a partir de uma combinação arbitrária. Isto quer dizer que o que faz um significante unir-se a determinado significado, e vice-versa, e não a possíveis outros, é uma convenção social. Não há elo natural entre eles, não há nada do conceito na imagem acústica ou da imagem acústica no conceito que o representa, é arbitrário!

A palavra *arbitrário* requer também uma observação. Não deve dar a idéia de que o significado dependa da livre escolha do que fala [...]; queremos dizer que o significante é *imotivado*, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade (SAUSSURE, 1972, p. 83). (Grifo do autor).

Um significante se une a um significado num dado momento, podendo variar de acordo com o movimento da língua. O elo que se forma entre significante e significado dentro do signo, é regido por uma arbitrariedade absoluta, o que faz um determinado significante se associar a um determinado significado ou um significado se associar a um significante, num dado momento, é algo completamente irracional e imotivado, ou seja, poderiam ter sido formados quaisquer outros elos, com outros significantes ou com outros significados, não há nada do conceito na imagem acústica que o represente e nada da imagem acústica no conceito que a represente. Esta união, entretanto, não se trata, de forma alguma, de uma união fixa. O signo não está fixado a nenhum objeto, ele produz uma forma a cada instante. A ligação de um significante a um significado não se aproxima, em nada, da ligação de um nome à coisa em si. “Se fosse possível que uma língua consistisse unicamente em denominar os objetos, os diferentes termos dessa língua não teriam relação entre si, ficariam tão separados uns dos outros, quanto os próprios objetos; [...]” (SAUSSURE in BOUQUET E ENGLER, 2002, p. 282).

Essa possibilidade de mudanças se deve ao princípio que rege e limita o movimento dos signos dentro do sistema da língua: a arbitrariedade relativa. É somente dentro do sistema, quando os elementos da língua estão em relação uns com os outros, que a língua toma corpo. “[...] Assim como o jogo de xadrez está todo inteiro na combinação das diferentes peças, assim também a língua tem o caráter de um sistema baseado completamente na oposição de suas unidades concretas” (SAUSSURE, 1972, p. 124).

A língua não é senão um sistema de signos.

[...] sem o recurso dos signos, seríamos incapazes de distinguir duas idéias de modo claro e constante. Tomado em si, o pensamento é uma nebulosa onde nada está necessariamente delimitado. Não existem idéias preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua (SAUSSURE, 1972, p. 131).

Não há vida para os signos fora do sistema, assim, pois, num estado de língua, tudo se baseia em relações. Como funcionam elas?

As relações sintagmáticas são baseadas no caráter linear da língua. Há uma ordem na cadeia sintagmática. Os sintagmas se compõem de duas ou mais unidades consecutivas que se movimentam por uma relação de oposição, pois um termo só adquire seu significado quando posto numa relação de oposição entre o termo que o antecede e o que o precede.

De um lado, no discurso, os termos estabelecem entre si, em virtude de seu encadeamento, relações baseadas no caráter linear da língua, que exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo. Estes se alinham um após outro na cadeia da fala. Tais combinações, que se apóiam na extensão, podem ser chamadas de *sintagmas* (SAUSSURE, 1972, p. 142). (Grifo do autor).

O sintagma é limitador e vem colocar uma borda, vem dar um limite a outro eixo de relações: as relações paradigmáticas ou associativas. Estas, relações não estão presentes da cadeia da fala, na linearidade do discurso, mas têm sua existência garantida e particular, já que fazem parte do tesouro interior que constitui a língua de cada indivíduo, na memória do falante. São livres e ilimitadas, feitas pelo ser falante de forma singular. Não há uma forma determinada a priori, a associação varia de acordo com quem as faz.

Vale ressaltar que estas relações, sintagmáticas e associativas, acontecem juntas. Não há como manter a linearidade do sintagma, sem o irrompimento das possibilidades associativas que existem no paradigma, assim como não há outra forma em que o paradigma se faça presente, embora sua existência esteja garantida na ausência, senão através do sintagma.

É no funcionamento do sistema lingüístico, através das relações sintagmáticas e associativas como produtoras de sentidos, que surge a teoria do valor, um dos conceitos fundamentais do pensamento de Saussure. A teoria do valor é uma forma de pensar a significação a partir do movimento do signo lingüístico dentro do funcionamento do sistema da língua.

A noção de valor está na relação de oposição entre os signos dentro do sistema, constituindo o sentido da língua. “No interior de uma mesma língua, todas as palavras que exprimem idéias vizinhas se limitam reciprocamente: sinônimos como *recrear, temer, ter medo* só têm valor próprio pela oposição; se *recrear* não existisse, todo o seu conteúdo iria para os seus concorrentes” (SAUSSURE, 1972, p. 135). (Grifo do autor). Não há identidade possível para o signo quando tomado de forma isolada. Dois signos podem ter a mesma significação, mas não o mesmo valor. Os valores são definidos como puramente diferenciais, “definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são” (SAUSSURE, 1972, p. 136). A escolha que o ser falante faz por um determinado signo exclui, num determinado momento, outros signos possíveis de serem utilizados.

Assim um termo só tem valor a partir do momento em que ele se contrasta com outro e isto acontece de acordo com as relações que movimentam a língua do ser falante: as relações sintagmáticas e as associativas.

Toda palavra da língua tem a ver com as outras palavras – ou melhor, ela não existe a não ser em relação às outras palavras, e em virtude do que está à volta dela. [...] O valor de uma palavra só vale em todos os momentos em relação às outras unidades semelhantes. A relação e a diferença das palavras entre si se desenrola segundo duas ordens, em duas esferas completamente distintas: *cada uma dessas esferas será geradora de uma certa ordem de valor*, e a própria oposição que há entre as duas deixa mais clara cada uma delas. Trata-se de duas esferas ou de duas maneiras de coordenar as palavras com as outras (SAUSSURE apud BOUQUET, 1997, p. 256). (Grifo do autor).

As relações sintagmáticas que se dão dentro do discurso produzem uma determinada ordem de valor, o valor *in praesentia*. “Colocado num sintagma, um termo só adquire seu valor porque se opõe ao que o precede ou ao que o segue, ou a ambos” (SAUSSURE, 1972, p. 142).

As relações associativas abrangem um campo maior que se constitui na ausência, não obedecendo nem ao tempo, nem ao espaço, produzindo um número ilimitado de valores, os valores *in absentia*.

Seja qual for a ordem das relações em que uma palavra funciona (ela é chamada a funcionar nas duas), uma palavra é sempre antes de tudo membro de um sistema, solidária as outras palavras, ora numa ordem de relações, ora numa outra ordem de relações. Isso será uma coisa a considerar naquilo que constitui o valor (SAUSSURE apud BOUQUET, 1997, p. 256).

É possível notar, portanto, que durante todo o seu trabalho, Saussure se preocupou em estudar o sistema lingüístico, respeitando as particularidades dos elementos que o constitui.

2.3. A LINGUAGEM: O SISTEMA LINGÜÍSTICO E A LINGUAGEM DO INCONSCIENTE

A linguagem, enquanto conceito lingüístico, é definida por Saussure (in BOUQUET E ENGLER, 2002) como um fenômeno, uma faculdade que existe no homem. Com isto, a psicanálise vem concordar apontando que o homem é um ser de linguagem. Antes mesmo de vir ao mundo, a criança já recebe “carinhos de linguagem”. É na fala e no desejo dos pais, no nome escolhido por eles, que o bebê recebe um banho de linguagem.

Entretanto, o dizer lacaniano que marca a relação da psicanálise com a lingüística – o inconsciente é estruturado como uma linguagem – não remete ao sistema geral de linguagem onde os seres humanos estão imersos, mas a um conjunto de formas e convenções adotadas pelo corpo social que a linguagem assume na coletividade. A esse conjunto de regras e

formas, Saussure deu o nome de língua. É a língua em sua estrutura e mecanismo, a que se assemelha a estrutura e o movimento do inconsciente. Portanto, a Linguagem no sentido lacaniano remete à língua no sentido saussuriano.

Trata-se agora de descrever o modo pelo qual a teoria saussuriana da linguagem é integrada a uma outra teoria, que é também, se não *da*, pelo menos *de uma* linguagem, pois de maneira plenamente explícita, ela visa um objeto, o inconsciente, “estruturado como uma linguagem” (ARRIVÉ, 1999, p. 72). (Grifo do autor).

Quando Lacan fala em *uma* linguagem, a qual se assemelha os movimentos do inconsciente, aponta, por um lado, que não existe uma linguagem própria do inconsciente, e sim que a forma de funcionamento do inconsciente se assemelha aos movimentos de um sistema de linguagem: o da língua. Por outro lado, pontua com precisão o não-todo da linguagem. Quando utiliza o artigo indefinido *uma*, Lacan relativiza o estatuto da existência de uma única linguagem – A linguagem. Não se pode falar de toda a linguagem, faltam palavras.

O indefinido *uma* é sobredeterminado. Ele marca, primeiro, a pluralidade dessas linguagens que, como efeitos que são de linguagens, dão ao *como* o seu sentido: uma entre várias. Mas, além disso, o indefinido marca a *uma linguagem* assim isolada como marcada pelo *não-toda* (sob a forma pluralizada *não-todas* que a gramática lhe impõe) (ARRIVÉ, 1999, p. 109). (Grifo do autor).

Frente à incompletude da linguagem, o que se há de fazer? A psicanálise toma como ponto de partida o sujeito, a forma como cada sujeito vai se posicionar, estruturar-se diante dessa incompletude. Não há um significante que faça par com outro, linguagem é deslizamento de significantes e o que se produz como efeito disso é o sujeito. Diante disso que na linguagem falta, o sujeito se agarra aos significantes que vêm do Outro e se constitui, com seus sintomas, com sua forma de gozar, sua particularidade.

Esse grande Outro é também o Outro da lei, o Outro, pode-se dizer, da decência, na medida em que a decência é feita de proibições e inibições. Por isso, é também o que Freud tentou deslindar, chamando-o super-eu, que deve ser situado fundamentalmente no nível da linguagem, e se há uma herança ontogenética, filogenética, no super-eu, é, em primeiro lugar, a herança da língua (MILLER, 2002, p. 30).

E quanto a Saussure? “Pode-se nomear, em sua obra, “a estrutura da qual há efeitos de linguagens”? Só pode ser a língua” (ARRIVÉ, 1999, p. 110). A lingüística parte da linguagem, e os seus efeitos são compreendidos na coletividade. Falar em *uma* linguagem na lingüística pode delimitar a língua entre os vários tipos de linguagens existentes (surdo-mudo,

escrita, linguagem animal etc.). A necessidade de Saussure de delimitar um objeto para a lingüística parece responder, de alguma forma, à impossibilidade de se estudar toda a linguagem, em sua generalidade e amplidão.

Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; o cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade (SAUSSURE, 1972, p. 17).

Dá a extração da língua, feita por Saussure. O termo extrair não tem aqui o peso de uma exclusão, não seria possível considerar a existência da língua senão através da linguagem. Extração, neste caso, aparece com o sentido de ressaltar, de destacar a língua da amplidão da linguagem para que seja possível uma delimitação, uma definição. “A língua, assim delimitada no conjunto dos fatos de linguagem, é classificável entre os fatos humanos, enquanto que a linguagem não o é” (SAUSSURE, 1972, p. 23).

É a partir da definição de língua feita por Saussure (1972), como um sistema de signos que exprimem idéias, que Lacan explica, de forma comparativa e não correspondente, as formações e o movimento do inconsciente.

Dizer que a forma de estruturação do sistema da língua e seu funcionamento pode ser comparado à forma de estruturação dos mecanismos inconscientes: o sonho, o chiste, o ato falho, não quer dizer que tenham uma mesma linguagem, mas sim uma estrutura semelhante à estrutura da língua.

Freud, ao falar do inconsciente, traz dois processos como essenciais à sua constituição – o deslocamento e a condensação – com os quais o lingüista Roman Jakobson faz uma ponte com seus conceitos de seleção e combinação, duas operações que regem o ato da fala, o que mais tarde Lacan tratou como metáfora e metonímia.

A *Verdichtung*, condensação, é a estrutura de superposição dos significantes em que ganha campo a metáfora, e cujo nome, por condensar em si mesmo a *Dichtung*, indica a conaturalidade desse mecanismo com a poesia, a ponto de envolver a função propriamente tradicional desta (LACAN, 1966/1998, p. 515). (Grifo do autor).

A *Verschiebung* ou deslocamento é, mais próxima do termo alemão, o transporte da significação que a metonímia demonstra e que desde seu aparecimento em Freud, é apresentado como o meio mais adequado do inconsciente para despistar a censura (LACAN, 1966/1998, p. 515). (Grifo do autor).

Em *A interpretação dos sonhos* (1900/1987), Freud abre a via régia para o

inconsciente comparando o sonho a um rébus¹¹, onde as imagens dos sonhos só podem ser retidas por sua estrutura de linguagem, por seu valor significante. O trabalho do sonho se dá através dos mecanismos de deslocamento e condensação, “pois, na análise do sonho, Freud não pretende dar-nos outra coisa senão as leis do inconsciente em sua extensão mais geral” (LACAN, 1966/1998, p. 518). Em *Os chistes e sua relação com o inconsciente*, Freud (1905/1987) aponta como mais um efeito do inconsciente o fato de uma pessoa falar algo que aparentemente quebra o sentido do que vem sendo dito, e este feito provocar o riso em quem o escuta. O chiste faz emergir algo inconsciente promovendo uma nova articulação significante, um novo sentido. Em *Psicopatologia da vida cotidiana*, Freud (1901/1987) fala dos atos falhos como uma troca de palavras. Quando vai se falar algo, outra coisa é dita. Como aparece, por exemplo, na fala de uma paciente: “Vamos começar logo a reunião para não perdermos peso”, utilizando a palavra peso ao invés de tempo. Ocorre uma troca de palavras, uma substituição de um significante por outro. O próprio sujeito é surpreendido pelo que acaba de falar. Ao cometer um ato falho, desvela-se algo oculto, inconsciente. Estas formações inconscientes assumem formas significantes que irrompem a cadeia da fala, mostrando algo que estava escondido, recalcado. Essa forma de funcionamento significante no inconsciente se aproxima ao movimento do signo lingüístico na língua, ou seja, os movimentos sintagmáticos e paradigmáticos.

Nesse retorno a Freud, Lacan afirma que o inconsciente funciona segundo as mesmas regras da linguagem, desdobra-se nos efeitos da linguagem, ou, fazendo o contraponto com os conceitos saussurianos, da língua.

Quer se trate de sintomas reais ou atos falhos, ou o que quer que seja que se inscreva no que encontramos e reencontramos incessantemente, e que Freud manifestou como sendo sua realidade essencial, trata-se ainda e sempre de símbolos e de símbolos organizados na linguagem, portanto funcionando a partir da articulação do significante e do significado, que é equivalente a própria estrutura da linguagem (LACAN, 1963/2005).

O modelo estrutural de Saussure, sobre o sistema da língua, como vimos, toma como base o movimento dos signos dentro da língua que acontecem em dois eixos: o eixo sintagmático, que estaria relacionado à cadeia da fala, ao encadeamento de signos e o eixo paradigmático, relacionado à língua enquanto código, onde os termos se relacionam por seus valores semelhantes. Esse movimento, ao fazer um contraponto com a psicanálise, assemelha-se com o que Lacan chama de rede de significantes no inconsciente, onde os significantes

¹¹ Rébus é uma seqüência de palavras, desenhos, cifras ou letras que evocam, por homofonia, uma palavra ou uma frase que deve ser adivinhada

obedecem a dois movimentos: o metonímico, mecanismo responsável pelo deslizamento contínuo de significantes, pelo encadeamento na cadeia da fala, e o metafórico, onde as palavras se encontram numa relação de combinação, uma mesma palavra pode condensar duas ou mais idéias diferentes.

Segundo Lacan (1966/1998), a metáfora se coloca no ponto exato em que o sentido se produz no não-senso. “Ela brota entre dois significantes dos quais um substituiu o outro, assumindo seu lugar na cadeia significante, enquanto o significante oculto permanece presente em sua conexão (metonímica) com o resto da cadeia. Uma palavra por outra, eis a fórmula da metáfora [...]” (LACAN, 1966/1998, p. 510). Já a metonímia se apóia na conexão de palavra em palavra, onde o significante desliza linearmente.

A relação de continuidade e linearidade a que se refere o sintagma, como já descrito acima, assemelha-se ao movimento metonímico do significante descrito por Lacan. A relação paradigmática se refere à associação de palavras que ocorrem em um plano ausente, fora do discurso, na memória do ser falante, mas que só ganha existência quando irrompe a cadeia sintagmática. Este movimento pode ser comparado ao mecanismo metafórico que acontece no inconsciente, ou seja, também na ausência, fora do discurso, e sua única forma de expressão é através do movimento metonímico, na fala de cada sujeito. O sintagma, assim como a metonímia, são as linhas do discurso e o paradigma, assim como a metáfora, as entrelinhas. Há um sentido a mais, escondido, por trás do que está dito. Este sentido é efeito de um irrompimento do paradigma no dito sintagmático, ou efeito metafórico no encadeamento metonímico.

Estes movimentos são possíveis, justamente, devido a não fixidez do significante ao significado, com o que parece concordar tanto a lingüística quanto a psicanálise.

[...] é uma equívoco pensar que o significante está aí a serviço do significado, e que está aí para que a gente possa dizer as coisas que tem em mente, tal como se quer dizê-las. Sempre há um intervalo entra falar e querer dizer. A tese de Lacan é que o significado é um efeito do significante, e que os efeitos de significados são criados pelas permutações, os jogos do significante. O sentido surge, fundamentalmente, da substituição de um significante por outro (MILLER, 2002, p. 31).

O significado nunca deixa de deslizar com relação ao significante. Saussure cita o exemplo das massas amorfas em que os significantes e os significados estão sempre em contínuo movimento, numa dialética entre o sintagma e o paradigma. Não há uma fixidez entre os dois. “Uma língua é radicalmente incapaz de se defender dos fatores que se deslocam, de minuto em minuto, a relação entre significado e significante. É uma das conseqüências da arbitrariedade do signo” (SAUSSURE, 1972, p. 90). A arbitrariedade, como vimos, é o

princípio que rege o funcionamento da língua, diz justamente da relação não-natural que une significante e significado, mostrando que não há fixidez entre imagem acústica e conceito, não há nada a priori que responda à formação de um signo. Diferentes significantes podem, portanto, ligar-se a diferentes significados. É o corte feito pela língua, que marcará a possibilidade de constituição de um sentido.

Para Lacan, é o sujeito quem faz o corte no momento da fala e o significante só passa para o plano das significações porque há um sujeito nesta cadeia. Um significante, portanto, evoca um significado que é particular de cada sujeito. A palavra casa não tem, necessariamente, a idéia de abrigo ou lar, podendo assumir diversas significações diferentes na história de cada sujeito. Pode remeter à mãe, ao útero, ao cachorro etc. Assim, o significado é produzido a partir das associações significantes feitas por cada sujeito.

Esta separação entre significante e significado marca a singularidade de cada sujeito, uma vez que a fala consciente, encadeamento de significantes, possui dentro dela um material inconsciente, material que impulsiona as escolhas de cada sujeito pelas palavras, quando faz uso da língua. E, assim sendo, uma nova significação pode ser produzida realçando o intervalo entre a função de comunicação (da fala com encadeamento de sentido) e a função de gozo (onde o sem sentido aparece denunciando um querer dizer inconsciente) no uso da língua.

Esse intervalo trazido por Lacan, entre o falar e o querer dizer, revela a instância da fala como algo contínuo e consciente, o sintagma saussuriano, até que algo quebre esta linearidade, uma intervenção da cadeia paradigmática, algo que estaria, nos termos saussurianos, na memória do seres falantes. Para responder a este irrompimento do paradigma no sintagma, a psicanálise convoca o inconsciente, pontuando que o “querer dizer não dito”, tem a ver com os significantes que escapam do inconsciente e irrompem a cadeia da fala, produzindo um sentido novo, resultando, como efeito disso, o sujeito.

Este querer dizer traz à tona o conceito de equívoco e torna evidente a incompletude da linguagem, já que não há correspondência unívoca entre o que se fala e o que se quer dizer, entre o que é da ordem da comunicação e do tropeço. Os processos metafóricos e metonímicos, na psicanálise, assim como os paradigmáticos e sintagmáticos, na lingüística, são essenciais para explicar, no primeiro, o movimento do inconsciente e no segundo, o movimento da língua. A língua é o que regulamenta a fala, ao mesmo tempo em que permite o equívoco. Está no dito e no não-dito, na memória coletiva e na individual.

A língua não é, de modo algum, o que se tentou fazer com o esperanto. O esperanto baseia-se na idéia de que a linguagem se apóia em uma correlação unívoca entre o significante e o significado. Por isso é uma língua que ninguém tem vontade de falar. Vocês vêem, ao mesmo tempo, que é abusivo falar de uma linguagem animal. O que distingue, fundamentalmente, a linguagem animal da linguagem humana é que a chamada linguagem animal nunca é equívoca, ao passo que essa equivocação é constitutiva tanto da língua espanhola quanto da língua francesa, e de todas as línguas em que um povo condensa as experiências individuais, pode-se dizer que lhe interessaram (MILLER, 2002, p. 32).

A língua é o que faz a distinção entre a linguagem humana e a linguagem animal. É por haver um sistema regulamentado que o homem pode tirar da linguagem um *a mais* que o ruído animal. Esse *a mais* tem a ver com o que o sistema de língua pode oferecer ao ser falante como condição de expressão, seja ela de que ordem for, consciente ou inconsciente, e tem a ver com o que Lacan chama de mais de gozar, ou seja, o gozo *a mais* que o sujeito pode tirar no uso da linguagem. Ao animal só resta o gozo sexual que se encerra nele mesmo. O ser falante, pelo fato mesmo de que fala, pode servir-se da linguagem e ir além, gozando com a palavra, com imagens, fantasias, idéias. A linguagem é uma forma de gozo e o sujeito faz uso do significante para gozar.

Não existe inconsciente sem linguagem, o inconsciente é efeito de linguagem, “pela razão primeira de que a linguagem, com sua estrutura, preexiste à entrada de cada sujeito num momento de seu desenvolvimento mental” (LACAN, 1966/1998, p. 498).

O inconsciente e o êxito de seus elementos (chiste, sonho, ato falho etc.) supõem a operação de castração como necessária. No inconsciente é colocada uma barra, a barra do recalque, separando o que é consciente e por isso, de autonomia do sujeito, e o que é inconsciente e, portanto, “estranho” ao sujeito. Essa barra é efeito da entrada do Nome-do-Pai no lugar do Outro, como visto no capítulo anterior, tornando possível a entrada do sujeito no simbólico. É a parcialização do gozo em gozo fálico que permite ao sujeito deslizar na cadeia do desejo, uma vez que é o desejo que limita o gozo e que movimenta a cadeia de significantes. Os significantes que constituem o inconsciente são significantes (S1) que vêm do Outro sem sentido algum, algo extremamente particular, algo que depende de como cada sujeito vai lidar com o traumático encontro com a linguagem, como veremos abaixo.

O momento da entrada no simbólico causa um encontro traumatizante do sujeito com a linguagem. O que traumatiza o sujeito é propriamente a linguagem naquilo que ela tem de real. Há um impossível na linguagem, um ponto real não simbolizável. É a forma como cada sujeito terá respondido a esse encontro com o impossível da completude da linguagem que marcará sua forma de estruturação subjetiva: neurose, psicose ou perversão. A linguagem é uma forma de gozo, há que se extrair algo dela para que o gozo não seja total. A fala é uma

forma de aparelhar o gozo ao significante. Para falar, o ser falante tem que renunciar a um gozo, a um gozo que escapa ao significante, que não pode ser colocado em palavras, o gozo sexual, que a partir de então passa a ser mítico e o sujeito pode, separando-se desse gozo, falar dele.

É nesse momento, momento de encontro com esse núcleo sólido da linguagem, o real, que o inconsciente é fundado e interditado, algo fica, então, recalcado, “estranho” ao sujeito, o que permite a este fazer um pacto de linguagem, um pacto com o outro, com o social. É a função paterna que instaura a possibilidade de uma identificação simbólica. Se “é no nome do pai que se deve reconhecer o suporte da função simbólica que desde o limiar dos tempos históricos, identifica sua pessoa com a imagem da lei” (LACAN, 1966/1998, p. 279), como fica o sujeito psicótico sem a inscrição do nome do pai como instaurador da lei, como possibilidade simbólica de linguagem? O que faz o psicótico diante desse encontro com o real da linguagem?

Ao psicótico faltou a barra do recalque, o inconsciente que deveria estar recalcado, inunda o sujeito, apresentando-se a céu aberto sem distinção entre o que se fala e o que se quer dizer. É a fala sem equívoco, compreendido como aquilo que implica o sujeito, sem ato falho ou chiste. O sonho na psicose perde o estatuto inconsciente de desejo velado, reprimido ou escondido. É sonho real, o sujeito acorda e ainda sente, no real do seu corpo, a dor sentida no sonho. É a linguagem em sua forma de enxurrada, de certeza, de verdade, onde a palavra não tem o poder de matar a coisa, mas de deixá-la ainda mais viva.

O funcionamento da fala está vinculado ao momento de constituição do sujeito, à forma de entrada no simbólico, ao momento da inscrição simbólica do Nome-do-Pai, este significante que instaura uma lei na linguagem, permitindo, na neurose, um pacto com o Outro. Na psicose, com a forclusão do Nome-do-Pai, o Outro permanece total, faltou o significante que poderia colocar-lhe uma barra, uma falta, falta esta que possibilita uma linguagem dialética mediada pela fala.

Parece não haver, na psicose, no momento do desencadeamento, a relação dialética própria do movimento da língua. Sintagma e paradigma não se cruzam, assim como os movimentos metafórico e metonímico, constitutivos do inconsciente. A linguagem do sujeito psicótico se estruturou baseada numa certeza absoluta, rígida, sem possibilidade de dúvida ou equívoco. São os movimentos vividos em seus extremos – de profundo silêncio ou de fala derramada. É o paradigma e o sintagma em sua forma de enxurrada, numa liberdade total eles se misturam constantemente. O psicótico parece utilizar as palavras sempre de uma forma própria, sem encadeamento, sem o recurso do sintagma como limitador do paradigma, como

um tipo de relação que tem a função de regular, colocar um limite às possibilidades associativas que estão no paradigma. É a língua em sua forma total, lingüísticamente falando e o simbólico sem interdito, psicanaliticamente falando.

Dizer que, na psicose, o sujeito é falado, não quer dizer que o psicótico não fale. Naturalmente, ele fala. A questão que se coloca é de que ordem é esta fala no momento do desencadeamento, uma fala sem o encadeamento do discurso, onde as palavras não parecem seguir uma ordenação sintática, mas uma ordem, imperativa e tirânica, de um inconsciente sem limite, sem lei, à revelia do sujeito.

O banho de linguagem inicial, a chuva de significantes sem sentido que vem do Outro, eterniza-se na psicose e o psicótico permanece na condição de ser falado pelo Outro. A linearidade da fala, encontrada no sintagma, requer a barra no simbólico. Como o psicótico tem dificuldade com o limite, com a lei, ele entra no simbólico sem a barra, por isso é como se o psicótico só conseguisse contar com um dos eixos de cada vez, ora o sintagmático, num derramamento de significantes sem sentido, numa fala que não se faz entender, ora o paradigmático, em um silêncio profundo onde as palavras parecem pesadas demais para serem pronunciadas. Ou com os dois eixos ao mesmo tempo, com palavras soltas sendo pronunciadas à revelia do sujeito. Entretanto, o movimento em que o sintagma e o paradigma tocam-se, cruzam-se e convivem juntos, dialeticamente, numa dança que torna possível a produção de um novo sentido, de uma significação, de um sujeito, a partir de uma produção metafórica, isso não ocorre no surto psicótico. Para que haja produção de sentido tem que haver o momento em que o paradigma irrompe o sintagma, onde a metáfora possa ser produzida através da metonímia, para que um sujeito surja como um efeito de linguagem.

Para Lacan, não há metáfora sem metonímia e vice-versa. O pólo metafórico sem fazer relação com o pólo metonímico não produz efeito de significação, de sentido.

Toda metonímia é efeito de uma operação metafórica interrompida por ação do recalque, assim como toda metáfora é efeito de uma operação metonímica. Essa sobredeterminação se sustenta na produção de uma metáfora inaugural, que é a base, o suporte, dessas duas técnicas do significante, que são a metáfora e a metonímia. O Nome-do-Pai, como o "significante que representa a existência do lugar da cadeia significante como lei" é o agente dessa operação. Esse significante é transmitido pelo desejo da mãe (LACAN, 1957-58/1999, p. 202).

Como tornar possível, na psicose, essa dialética entre os eixos sintagmático e paradigmático, necessária ao movimento da língua?

A saída psicótica, em relação a compartilhar os movimentos da língua, suas regras e convenções sociais, parece estar na invenção de uma suplência (arte, escrita etc.), como visto no capítulo anterior. A suplência possibilita uma amarração entre os três registros – Real,

Simbólico e Imaginário – permitindo ao sujeito um passeio pelos dois movimentos do sistema da língua e não apenas em um.

Na loucura seja qual for sua natureza, convém, de um lado, a liberdade negativa de uma fala que renunciou a se fazer reconhecer, ou seja, aquilo que chamamos obstáculo à transferência, e, de outro lado, a formação singular de um delírio que – fabulatório, fantástico ou cosmológico; interpretativo, reivindicatório ou idealista – objetiva o sujeito em uma linguagem sem dialética (LACAN, 1966/1998, p. 281).

2.4. A LÍNGUA E A LALANGUE¹²

A língua é, como vimos, o objeto de estudo da lingüística saussuriana. Saussure define a língua “ao mesmo tempo, [como] um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (SAUSSURE, 1972, p. 17). Um princípio de classificação, um conjunto de regras, o código. Um sistema simbólico de leis que possibilitam a comunicação como algo desfrutado e compartilhado socialmente. Possibilitar a comunicação não quer dizer que seja essa sua função. Para Saussure, a língua não está apenas no plano da comunicação, mas também no plano da estrutura, pois oferece o suporte necessário à fala em sua previsibilidade e seus tropeços. A língua é, então, social, no que diz respeito ao código e ao mesmo tempo individual, no que ela se apresenta como tesouro na memória de cada falante. O que particulariza a língua é a fala, a fala como o uso individual do código da língua.

Lacan cria o neologismo – lalangue – após um lapso que ele mesmo cometeu ao tentar falar do dicionário de André Lalande (*Vocabulaire technique et critique de la philosophie*¹³) e aponta, com isso, que há uma língua que escapa às regras da própria língua. Uma língua que está no campo do equívoco, do sem sentido. Uma língua particular, individual, não compartilhada socialmente. Uma língua própria do inconsciente.

A questão que se coloca aqui – que relação há entre a língua saussuriana e a lalangue lacaniana – não parece ser uma questão a ser respondida, mas a ser discutida em suas aproximações e seus afastamentos.

O saber lingüístico em seu caráter científico toma a língua como um fenômeno que compreende o particular e compartilhado, o social e o singular. Eis o que torna possível

¹² Lalangue é o termo em francês criado por Lacan e traduzido para o português como alíngua. Utilizaremos durante o texto o termo original, no francês, lalangue, para tornar mais clara a distinção entre a língua em Saussure e alíngua (lalangue) em Lacan.

¹³ Vocabulário Técnico e Crítico de Filosofia.

relacionar o conceito saussuriano de língua com o conceito lacaniano de lalangue. Saussure, ao definir a língua, abre o campo do todo ao não-todo.

O todo está do lado do código da língua que, como dito acima, é baseado em leis que garantem o êxito dos laços sociais. Garantem a relação entre falantes de uma mesma língua, ou seja, o que se diz está “supostamente” destinado a se fazer entender por aquele que ouve. Entretanto, da mesma forma que o termo “supostamente” vem causar certo espanto na linearidade de sentido da frase anterior, há algo que se coloca, em certos momentos, no uso da língua, que bagunça um tanto a garantia de ser possível, sempre, compartilhar o que se diz.

Dentro do sistema simbólico da língua há um não-todo, um ponto real, impossível de ser dito, a lalangue. O real, como vimos anteriormente, é tudo aquilo que não pode ser abocanhado pela linguagem. É um ponto no qual as palavras faltam. É o campo do gozo, do desmedido, onde não há representação possível. Assim, dentro do sistema simbólico da cadeia significante há uma cifra, uma cifra de gozo que remete ao núcleo – o ser – de cada sujeito. Essa cifra, Lacan chamou de letra, material constitutivo da lalangue. Assim, o significante está para a língua assim como a letra para lalangue, como veremos no tópico seguinte.

A esse impossível de ser dito, a lingüística responde apontando que há uma impossibilidade, por parte do falante, de falar toda a língua, de conhecer toda a língua. A língua está do lado do todo, para a lingüística, e o falante do não-todo. A psicanálise reconhece este não-todo como necessário à constituição do sujeito do inconsciente. Para Lacan, não há significantes que possam representar o que há de mais singular em cada sujeito, o seu gozo. Há, do lado do falante, outra língua, uma língua que empurra as escolhas lingüísticas de cada sujeito – a lalangue – que faz com que um sujeito utilize as palavras de uma determinada forma e não de outra. E, escolhendo utilizar a palavra *medo* ao invés de *temor*, confere a esta palavra não só um valor lingüístico, mas um valor inconsciente, motivado pela lalangue. “O fato de língua consiste nisso que na alíngua (lalangue) haja impossível: impossível de dizer, impossível de não dizer de uma certa maneira” (MILNER, 1987, p. 18).

Quando o inconsciente irrompe a cadeia consciente da fala, quando o paradigma irrompe a cadeia sintagmática, há uma força por trás do que fala um sujeito. Essa força, que tem a ver com o gozo de cada sujeito, é a lalangue. A língua é, portanto, um todo, representável, que suporta o não-todo, impossível de ser dito, a lalangue. Segundo Flores (1999), se a língua comporta o não-todo, nela está inscrita a falta, numa relação direta com a completude.

Língua e lalangue, o todo e o não-todo, o simbólico e o real, o possível e o impossível.

É só pela via da língua que se pode acessar a lalangue. É nas marcas do dizer, no sintagma saussuriano, na fala de cada sujeito, ou melhor, no que tropeça em sua fala, no momento mesmo que o paradigma irrompe a linearidade do sintagma, que algo da lalangue pode aparecer, assim como, para Freud, só se pode ter acesso ao sonho a partir do seu relato. Sendo o que impulsiona as escolhas de cada sujeito, a lalangue não só aparece nas formações do inconsciente, irrompimento do paradigma no sintagma, como também, na linearidade do sintagma, naquilo que se repete, é possível colher as marcas da lalangue.

Conceber o não dito, o efeito em absentia da associação, em sua primazia teórica sobre 'presença' do dizer do sintagma é conceber que o não dito é constituinte do dizer, porque o todo da língua não existe senão sob a forma não finita do 'não todo', efeito da lalangue (GADET E PÊCHEUX apud FLORES, 1999 114)

O corte lingüístico, no momento da fala, tem a ver com a escolha associativa de cada sujeito, ou melhor, com o que impulsiona esta escolha, a saber, a lalangue.

A Lalangue integra a língua, está dentro da língua, e incide em seu funcionamento apontando que o que não pode ser dito afeta o dizer de cada sujeito.

A língua, enquanto rede de impossível e objeto de um saber, submetida à lalangue, está sempre em função de excesso, isto é, algo que escapa ao corte paradigmático estabelecido por Saussure. É esse "escapado" que excede o representável e permanece recalcado na forma de um saber inconsciente (FLORES, 1999, p. 114). (Grifo do autor).

Por não entrar na representação significante, a lalangue em si não aparece na cadeia significante, este a transmite como marca, como letra. Considerada por Lacan como língua materna, a lalangue está localizada na lalação desarticulada, presente antes mesmo que uma articulação significante seja estabelecida, antes mesmo de se constituir uma língua como sistema. Conseqüência do trauma vivido pelo sujeito ao cair no mundo da linguagem, a lalangue é o que do trauma não pode ser simbolizado, não pode se inscrever na linguagem. É o momento em que o bebê chega ao mundo na condição de ser falado pelo Outro, imerso numa rede de significantes sem sentido, significantes que vêm do Outro. É pela mãe que a criança recebe esses significantes e a escolha de cada sujeito em relação aos significantes que toma para si, tem a ver com seu gozo, isto é da ordem da lalangue.

Alíngua [lalangue] serve para coisas inteiramente diferentes da comunicação. É o que a experiência do inconsciente mostrou, no que ele é feito de alíngua, essa alíngua que vocês sabem que eu a escrevo numa só palavra, para designar o que é a ocupação de cada um de nós, alíngua dita materna, e não por nada dita assim (LACAN, 1972-73/1985, p. 188).

Ao falar o sujeito traz a marca de um não dito, é esta marca que torna o dizer de um

sujeito único. Isto que não pode ser dito, mas que atravessa a cadeia do dizer em forma de marcas é da ordem do gozo particular de cada sujeito, da ordem, portanto, da lalangue.

A questão central é: o que fala o ser para que possa se inscrever como fala-ser? Se, de um lado, a língua da lingüística é concebida exatamente porque não é falada por um ser, então é como nomeação do não-todo que o fala-ser se especifica como um aspecto de lalangue. É esse aspecto que possibilita que o ser possa ser chamado de falante (FLORES, 1999, p. 114).

Isso que fala o ser para se inscrever como fala-ser é da ordem da lalangue, do gozo. O fenômeno essencial da lalangue não é o sentido, mas o gozo, a lalangue funciona, seja por trás da comunicação, seja mais abertamente nas formações do inconsciente, seja de forma derramada, como é o caso da psicose.

A língua é o sistema simbólico que permite a comunicação. Só é possível haver comunicação se há fluxo de significantes e para que isto ocorra é preciso que algo falte ao sistema da língua, um espaço vazio que possa ordenar uma circulação de palavras, de significantes. Esta falta é referente à extração do objeto *a*, objeto definido por Lacan como aquilo que está perdido desde sempre, como senha de entrada no simbólico, na língua, enquanto algo compartilhado socialmente.

A lalangue (alíngua) é o objeto *a* não extraído, colado na língua, denunciando o puro inconsciente sem interdito. A extração (ou não) do objeto *a* se deve à castração. Na neurose, o Nome-do-Pai funcionou como anel amarrador e o objeto *a* foi extraído, possibilitando uma inscrição no simbólico, parcializando o gozo da lalangue. As formações inconscientes (chistes, atos falhos, sonhos...) são uma forma neurótica de saber fazer com a lalangue. A castração interdita o inconsciente e transforma a lalangue numa cifra, faz do gozo um enigma, algo secreto que só aparece nas marcas da fala de cada sujeito. E, como efeito desse modo de amarração, torna-se possível ao neurótico estar na língua.

“A linguagem, sem dúvida, é feita de alíngua [lalangue]. É uma elucubração de saber sobre a alíngua, mas o inconsciente é um saber, um saber-fazer com a alíngua” (LACAN, 1972-73/1985, p. 190).

Enquanto na neurose o sujeito se apóia na língua (código social), acreditando na comunicação, para “nada querer saber” sobre o que há de inconsciente, na psicose, a lalangue impera, o inconsciente está ali, funcionando abertamente e de forma intermitente. A não-extração do objeto *a* é correlata a tudo saber. O psicótico, como diz Lacan, carrega o objeto *a* no bolso e tudo sabe. A condição do psicótico é, portanto, sempre a de um ser que fala, falasser, um ser que está no mundo de linguagem pela via do gozo, do real da lalangue e não do simbólico da língua.

É por não haver a barra do recalque que o psicótico vivencia o inconsciente a céu aberto. As palavras encontram-se reduzidas à lalação, estão privadas de significação, de articulação simbólica. A palavra é real, puro gozo sem sentido, é da ordem, portanto, da lalange enquanto força que impulsiona o movimento do inconsciente em um deslizamento sem fim, sem o artifício de um significante que possa provocar uma quebra nesse ritmo de gozo e permitir uma substituição que possa resultar em algum efeito de significação, um efeito de metáfora, de inserir no código, no simbólico algo que é puro real, puro gozo.

Este é o peso da psicose, experimentar e testemunhar o movimento de um inconsciente à amostra, a céu aberto, de um gozo esparramado, sem contorno, sem limite e por isso mortífero, como aparece na fala de um paciente psicótico dirigindo-se ao analista: - “Eu funciono de forma diferente. Você é artificial, possui artifícios, eu não”.

O neurótico dispõe do artifício – Nome-do-Pai – como significante que vem barrar o gozo, permitindo com isso que o sujeito atribua significações diversas a seus significantes. Inscrevendo-se na língua, o neurótico, imaginariamente e simbolicamente, acredita na comunicação e essa crença barra o gozo de lalange.

É por não haver inscrição simbólica na psicose, que há para o psicótico um corte com a significação, uma impossibilidade de significar o gozo. Por isso, a lalange na psicose se derrama por toda a língua, toma conta da língua. Na relação do gozo com a significação, o psicótico “opta” (esta não é uma escolha consciente) pelo gozo, ficando mais perto da lalange.

2.5. ESCRITA: UMA QUESTÃO DE AUTORIA

Lacan, no seminário *Mais, ainda* (1972-73/1985), fala sobre a função da escrita, pontuando que o escrito não é para ser lido. Isto acontece, entre outras coisas, porque entre o que se escreve e o que se lê há um abismo. A leitura parte de quem lê, e o escrito de quem o escreve. Esta frase pode parecer redundante em sua forma sintática, no entanto, ela separa um sujeito de outro, separa duas subjetividades, dois inconscientes. É a partir do registro de cada um – sua lalange – que o sujeito lê algo diferente do que está escrito e escreve algo diferente do que possa ser lido.

Para me fazer compreender, vou tomar como referência o que vocês lêem, o grande livro do mundo [...]. No vôo de um pássaro que voa baixo – vocês chamam isto de vôo, mas, na realidade, é um grupo, num certo nível – vocês lêem que vai haver tempestade. Mas será que eles lêem? [...] Será que o pássaro lê o augúrio da fortuna,

como diziam antigamente, da tempestade? Aí é que está toda a questão. Antes de mais nada, não está excluído que a andorinha leia a tempestade, mas também não se está certo disso (LACAN, 1972-73/1985, p. 52).

Um autor, portanto, não pode ser dito pela sua obra, pois aí estará a impressão do leitor, já que lemos “o que queremos”, lemos algo de nós no escrito do outro. A questão da autoria, em Lacan, não está relacionada ao que se lê, à literatura, mas sim à assinatura, à letra, à marca que cada sujeito deixa de si no seu escrito.

Tal perspectiva se autoriza pela própria recomendação de Freud de que os sonhos são algo para ser lido como rébus, ou seja, por meio do valor significante dos elementos oníricos ou por seu valor de letra, e não a partir das imagens que esses elementos evocam (MANDIL, 2003, p. 30).

A função da escrita, no ensino de Lacan, portanto, opõe-se ao sentido e à compreensão. Segundo ele, temos de nos livrar do sentido de um texto, assim como da ilusão de que o significante atende a função de representar o significado.

Quanto mais separado, quanto mais funcionando “como letra”, mais o significante produzirá significância em detrimento de seu valor semântico. Residiria aí o poder poético das palavras, qual seja, o de evocar uma multiplicidade de significações por meio de um movimento de suspensão de qualquer decisão semântica (MANDIL, 2003, p. 31).

Para tanto, Mandil segue fazendo uma distinção entre mensagem e gozo, entre significante e letra. “Como, no entanto, articular essas duas dimensões da *letter*, como associar sua dimensão, significante, mensageira, aquela que se traduz em sua materialidade, independentemente do sentido veiculado?” (MANDIL, 2003, p. 48).

O significante é da ordem da língua, da língua enquanto sistema simbólico, que se sustenta no deslizamento de significantes. É pelo deslizamento e pela substituição de um significante por outro que se produz o sentido. “A escrita não é de modo algum do mesmo registro, da mesma cepa se vocês me permitem esta expressão, que o significante” (LACAN, 1985, p. 41). A escrita é da ordem da *lalangue*, enquanto língua real, que traz como marca a letra, traço sem sentido que limita a cadeia significante. Não são, portanto, da mesma ordem. A letra é o suporte material, é o que impede o sujeito de se representar todo pelo significante. A letra é o que transmite o gozo, e, portanto, o que particulariza o sujeito. É a marca de cada um. É o que estabelece uma defasagem entre o sujeito e o objeto.

A letra, como materialidade, deve ser vista também como diferenciação que aponta para a impossibilidade da relação sujeito e objeto ser complementares – complementaridade que justifica definir, diferente da psicanálise, a estrutura como

sistema propriamente dito, isto é, como um todo significativo. Neste sentido, poderíamos afirmar que existem duas impossibilidades que se recobrem: a primeira, da categoria do real e a segunda da estrutura formar um todo significativo. Essas duas impossibilidades, necessariamente, coincidem e apontam para uma única, uma vez que o real é que faz com que o sistema não forme um todo completo (FREIRE, 1999).

Como vimos no tópico anterior, não há como haver um todo (sistema da língua) sem a inscrição do não-todo (lalangue). Há um impossível de ser dito, algo impossível de ser representado pelo significante, que só se transmite como marca, que identifica o ser de cada sujeito – a letra.

Lacan se serve, então, da letra para designar o suporte material do significante, o ponto material que nos permite registrar o gozo de cada sujeito, mais particularmente sua forma de gozar.

Podemos adiantar que essa promoção do escrito em contraposição à fala – traduzida, entre outras na contraposição entre letra e significante – visaria a buscar uma formalização desse elemento destacável na experiência analítica que Lacan busca apreender com a noção de gozo (MANDIL, 2003, p. 46).

A escrita tem uma função simbólica de mensagem e uma função real de gozo. Uma mensagem serve à compreensão, a um destinatário. O gozo há que se conferir a ele um destino.

Na neurose, o sujeito faz da função-mensagem de sua escrita uma forma de gozo. Na psicose, o sujeito faz da função gozo da sua escrita uma função mensagem. Qualquer que seja a estrutura subjetiva do sujeito que escreve, há uma função indiscutível na escrita. Uma função que faz uma escrita ser sempre única: a função de autoria. Ao escrever, todo sujeito deixa uma marca, seja na forma velada da letra que aparece por trás do significante na neurose, seja de forma desvelada, pura letra, na psicose.

Como vimos anteriormente, a língua que impera na psicose é a lalangue – língua + objeto *a*. Ao psicótico faltou uma amarração simbólica e seu mundo ficou sem anteparo, reinado por um excesso de real. A comunicação ficou, portanto, prejudicada, as palavras não têm a função simbólica de representar as coisas, as palavras têm peso material, o que torna, muitas vezes, insuportável falá-las.

Funcionando como objeto *a*, a letra apresenta-se de duas formas: uma, como suporte da mensagem, como é comum na neurose e, outra, sua natureza de dejetivo, mais observado na psicose, onde não tem função, mas destino. Os psicóticos, assim como os poetas e alguns escritores, fazem da letra rasura e litoral, numa “acomodação de restos” – como assinala Lacan em *Lituraterra* (1971/2003) para situar o Simbólico na borda do Real, e, não, dos que

querem fazer dela, mensagem. Opõem-se assim, na letra, sua função de significante (carta, *lettre*, *letter*) e o destino do dejetivo (lixo, *litter*), mais condizente com a escrita e com a Arte.

O psicótico não usa o artifício da fantasia, do disfarce significante. Sua escrita, portanto, revela-se um paradigma. Não serve, literalmente, à compreensão. A letra é tomada, muito simplesmente, ao pé-da-letra e, ao escrever, o psicótico marca o papel com seu ser, numa tentativa de dizer o indizível, a partir de uma língua que lhe é própria e singular, a lalangue.

O gozo não entra no campo da representação, não é, portanto, da ordem do significante, mas da letra que tenta circunscrevê-lo através de uma escrita. A letra é o suporte material da escrita. Traço singular que inscreve um sujeito através do seu escrito, em uma língua de gozo, fazendo-se autor de si mesmo, dando um destino ao seu gozo. A escrita permite que o sujeito possa deixar de ser o que é para ser outra coisa diferente do que vem sendo, permite sair da condição de objeto, podendo escrever modos de ser.

A escrita pode ser uma forma de extração do objeto *a*, que ficou acoplado na língua (lalangue), a partir da definição do lugar do sujeito e do objeto. Uma separação metafórica, no sentido de que a lalangue não deixará de sê-la. Entretanto, a separação sujeito – objeto torna possível cifrar o gozo. Na condição de objeto *a*, a produção escrita pode permitir ao psicótico uma extração de gozo, uma vez que o objeto *a* preso à língua, ou seja, lalangue é correlato ao puro gozo desmedido. A escrita pode, portanto, servir como uma aposta na possibilidade de construção de uma linguagem que funcione como garantia de lalangue.

Lalangue – neurose – língua. Lalangue – psicose – escrita. Se a lalangue é a condição de ser de todo sujeito, neurótico ou psicótico, há que se saber o que fazer com ela. Eis o que tentaremos discutir no capítulo seguinte, levantando a hipótese de que se o neurótico se serve do Nome-do-Pai como quarto anel amarrador – amarra-dor – para transitar pelo social fazendo laço, habitando o sistema da língua, o psicótico, ao utilizar a escrita como este quarto anel, pode se inscrever em um sistema de linguagem, a própria escrita, que o permita situar-se no campo social, fazendo laços à sua maneira, sabendo o que fazer com sua lalangue.

CAPÍTULO III:
A ESCRITA

3.1. INTRODUÇÃO

A idéia de trabalhar a escrita na psicose surgiu da minha experiência em atendimentos a pacientes psicóticos no Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira (João Pessoa). Foi ao notar nas oficinas, nas paredes dos corredores e tantas vezes no próprio corpo palavras e palavras escritas, que surgiu um questionamento: por que a escrita?

Neste capítulo, procuramos abordar a escrita não como uma produção textual destinada à compreensão, mas como uma construção de sujeito, uma tentativa de subjetivação por parte de cada sujeito que ao escrever se inscreve.

Começaremos procurando desenvolver, a partir da definição saussuriana de língua como um sistema comparável a outros sistemas, de que forma se estrutura a escrita enquanto um sistema lingüístico. Que sistema lingüístico é esse? Qual a diferença deste sistema, a escrita, da língua falada?

Depois discutiremos a relação do sujeito psicótico com a escrita na condição de *sinthoma*. Analisando a função que este sistema lingüístico assume no tratamento e na estabilização do sujeito psicótico, bem como as bases lingüísticas que podem levantar discussões, como esta, a respeito do porquê da escrita. Tentaremos, para terminar este trabalho, relacionar as características que encontramos da escrita como um sistema lingüístico com os efeitos que a utilização deste sistema tem na clínica da psicose.

3.2. A ESCRITA: UM SISTEMA LINGÜÍSTICO

Toda a história se funda a partir da escrita. Segundo Higounet (2003), o homem primitivo, diante da necessidade de marcar sua existência, recorreu ao mundo dos símbolos e, através de desenhos em pedras, madeiras e tantos materiais, fixou suas experiências ao longo do tempo. Entretanto, “os mais simples traçados desenhados pelo homem em pedra ou papel não são apenas um meio, eles também encerram e ressuscitam a todo momento o pensamento humano” (HIGOUNET, 2003, p. 10).

Na antiguidade, com a escrita pictográfica, um só símbolo podia descrever ou representar um fato, uma palavra ou um acontecimento. O homem primitivo escrevia nas paredes das cavernas como uma forma de expressão, de registro, uma forma de transmitir mensagens através de desenhos, traços e marcas. A escrita ultrapassa o tempo e o espaço, permitindo que algo se consolide e se transmita fazendo história. “A lei escrita substituiu a lei

oral, o contrato escrito substituiu a convenção verbal, a religião escrita se seguiu à tradição lendária” (HIGOUNET, 2003, p. 10). O reconhecimento da escrita, entretanto começou a existir a partir do momento em que foi elaborado um conjunto organizado de signos e sinais gráficos por meio dos quais se tornou possível materializar e fixar algo do pensamento. Foi com o aparecimento das palavras e seus elementos formadores, as letras, que a escrita tomou corpo. Para que haja escrita, “É preciso inicialmente um conjunto de sinais que possua um sentido estabelecido de antemão por uma comunidade social e que seja por ela utilizado” (FÉVRIER apud HIGOUNET, 2003, p. 11).

O pensamento é uma nebulosa e só ganha existência no ato de sua expressão seja na forma falada ou na forma escrita. Não é possível separar o pensamento das palavras. Por si só o pensamento é pura abstração que só tem existência lingüisticamente quando percebido pela consciência, ou seja, quando se torna signo.

Nos *Escritos de lingüística geral* (in BOUQUET E ENGLER, 2002), Saussure sugere que não é o pensamento que cria o signo, mas o signo que determina primordialmente o pensamento.

[...] sem o recurso dos signos, seríamos incapazes de distinguir duas idéias de modo claro e constante. Tomado em si, o pensamento é uma nebulosa onde nada está necessariamente delimitado. Não existem idéias preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua (SAUSSURE, 1972, p.130).

Ao conjunto de signos Saussure deu o nome de língua. Articulando som e sentido, significante e significado, surgiram as palavras, os signos. Para Saussure, é a língua que instaura a escrita, dá um lugar à escrita, um lugar de representação. E o pensamento, além de sair da condição de massa amorfa e ganhar uma forma a partir da língua, passa a ter materialidade com a escrita, já que, ao contrário da fala, por essência fugidia, a escrita tem a função de tornar fixo e sólido algo do pensamento.

No capítulo do CLG (1972), intitulado *A representação da língua pela escrita*, Saussure fala da importância da escrita no conhecimento das línguas e, ao mesmo tempo, critica o prestígio dado à escrita pelos gramáticos no tocante ao fato deste sistema gráfico representar a língua. A crítica feita por Saussure à escrita aparece como uma forma de romper com o movimento da gramática comparada. Um movimento anterior ao pensamento saussuriano sobre o sistema lingüístico. Movimento que acreditava que para conhecer uma língua seria necessário compará-la a outras línguas, como se fosse possível “esclarecer uma língua por meio de outra, explicar as formas duma pelas formas de outra [...]” (SAUSSURE, 1972, p.8).

O caráter literalizável do objeto da gramática comparada remete ao que podemos chamar de *pleonismo epistemológico*: a noção epistemológica de literalizabilidade (ou seja, a noção de “letra”) deve sua origem, é evidente, ao fato fonológico e sua notação, pois a principal função da escrita é notar as palavras de uma língua. Além disso, antes mesmo de ser convertida numa escrita científica, a escrita comum desempenha um papel determinante: é, sem dúvida, da contingência histórica que quis que as diversas escritas das línguas indo-européias fossem alfabéticas que nasceu a gramática comparada (BOUQUET, 1997, p. 97). (Grifo do autor).

Havia uma questão epistemológica embasando a crítica feita por Saussure. Localizar a lingüística enquanto uma ciência histórica e, portanto social, fazia parte de um momento histórico inaugurado pela lingüística saussuriana: a fundação de uma nova ciência, a ciência da língua. Uma ciência que sai da generalização das línguas como pertencentes a uma única família, para Uma língua, um sistema estruturado com regras bastante específicas. Comparar as línguas, para Saussure, significava reduzir a língua ao alfabeto, enquadrá-la numa norma. Portanto, se é pela escrita que a norma se presentifica, pelo que há escrito nas gramáticas, seria normatizar a língua igualá-la à escrita, uma vez que é pela escrita que a norma aparece.

O movimento saussuriano de separar língua e escrita como dois sistemas distintos de signos, visa a ressaltar que a existência da língua está garantida independentemente de que ela seja rerepresentada pela escrita. “A língua tem, pois, uma tradição oral independente da escrita e bem diversamente fixa” (SAUSSURE, 1972, p. 35).

A crítica saussuriana à escrita parece ter muito mais a ver com a materialização da lingüística, feita pelos gramáticos comparatistas, que reduziam a língua, ao alfabeto, a um sistema gráfico de leis fonéticas, que, propriamente, à função da escrita enquanto um sistema que serve à língua. A conservação de uma língua não depende de haver ou não registros escritos sobre ela. A língua tem uma vida própria, ela independe da escrita. Entretanto, a escrita é um registro, sólido e material e pode servir de representação gráfica da língua, quando necessário, já que o contraponto da escrita parece ser a fala onde

Os signos lingüísticos, embora sendo essencialmente psíquicos, não são abstrações; as associações, ratificadas pelo consentimento coletivo e cujo conjunto constitui a língua, são realidades que têm sua sede no cérebro. Além disso os signos da língua, são, por assim dizer, tangíveis; a escrita pode fixá-los em imagens convencionais, ao passo que seria impossível fotografar em todos os seus pormenores os atos da fala (SAUSSURE, 1972, p. 23).

Há defasagem entre a língua e a escrita. Não é possível escrever tudo que há na língua. Segundo Saussure, a língua evolui sem cessar e os signos gráficos nem sempre correspondem àquilo que devem representar. São, portanto, sistemas independentes. A palavra *casa*, por exemplo, tem uma grafia diferente da forma falada onde o *s* tem som de *z*.

A escrita pode ser utilizada como representação da língua, uma representação “não-

toda” da língua, já que é impossível representar graficamente tudo que se diz. A língua é um sistema em movimento, significante e significado deslizam sem cessar e, a todo instante, diferentes sons se ligam a diferentes idéias, produzindo formas diferentes. “Quem diz *forma* diz *diferença* com outras formas e nada mais” (SAUSSURE in BOUQUET E ENGLER, 2002, p. 47). (Grifo do autor).

[...] nem a idéia nem o signo, nem as diversidades dos signos, nem a diversidade das idéias, representam jamais, por si só, um termo dado: nada é dado, a não ser a diversidade dos signos combinada indissolivelmente, e de maneira infinitamente complexa, com a diversidade de idéias (SAUSSURE in BOUQUET E ENGLER, 2002, p. 50).

Levando em conta a particularidade do sistema da língua, não existe termo dado previamente, o que há é uma diversidade de signos combinada a uma diversidade de idéias. Quanto à escrita também há uma variação em suas formas. Língua falada e língua escrita apresentam semelhanças em suas formas de funcionamento, entretanto, a escrita possui um suporte material, um traço material que a distingue da língua e que a torna ainda mais concreta – a letra.

A escrita não deve surgir como garantia, como prova da existência da língua. Pelo contrário, a escrita pode ser pensada como um sistema lingüístico comparável à língua em sua organização e funcionamento, e que serve a ela como um meio de expressão. Segundo Saussure, “a língua é um sistema de signos que exprimem idéias, e é comparável, por isso, à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares etc., etc.” (SAUSSURE, 1972, p. 24).

Comparar não significa igualar, e sim tomar um sistema como base para entender o funcionamento de outro sistema.

De uma maneira mais geral, me parece que, seja no campo do *efeito individual* (= semiológico), seja na perspectiva histórica, os fatos relativos à escrita, apresentam, talvez, a respeito de todos os fatos que existem na linguagem, sem exceção, uma mina de observações incessantes e de fatos não apenas análogos, mas completamente homólogos, de um extremo a outro, aos que se pode discernir na linguagem falada. Para a escrita o sentido é representado pelo som, enquanto que o som é representado pelos traços gráficos; mas a relação entre o traço gráfico e o som falado é a mesma que entre o som falado e a idéia (SAUSSURE in BOUQUET E ENGLER, 2002, p. 48). (Grifo do autor).

Assim, baseando-nos na descrição da língua enquanto sistema de signos, feita no capítulo anterior, tentaremos desenvolver, através das semelhanças e diferenças entre esses dois sistemas, a forma de funcionamento da escrita.

Para tanto, podemos começar com uma questão: a escrita é também um sistema de

signos?

Peguemos a citação do início do texto: para que haja escrita, “é preciso inicialmente um conjunto de sinais que possua um sentido estabelecido de antemão por uma comunidade social e que seja por ela utilizado” (FÉVRIER apud HIGOUNET, 2003, p. 11). Esse conjunto de sinais necessário ao funcionamento da escrita se assemelha ao conjunto de signos, necessário ao funcionamento da língua. Os signos gráficos são constituídos por traços gráficos – letras – que funcionam a partir de uma relação de diferenças e negatividade, uma letra é o que a outra não é. Podemos dizer com isso que a escrita é feita de signos assim como a língua?

Toda espécie de signo existente na linguagem (1° o signo VOCAL de toda ordem, signo completo tal como uma palavra, ou um pronome, signo complementar como um sufixo ou uma raiz, signo destituído de qualquer significação completa ou complementar, como um determinado “som” de língua; ou signo não vocal, como “o fato de por tal signo antes de tal outro”) tem um valor *puramente*, por conseguinte, não positivo mas, ao contrario, essencialmente, eternamente NEGATIVO (SAUSSURE in BOUQUET E ENGLER, 2002, p. 47). (Grifo do autor).

Na citação acima, Saussure aponta a existência de signos vocais (signos que constituem o sistema da língua) e signos não vocais. Seriam estes signos gráficos constituintes do sistema da escrita?

Saussure definiu o signo como uma unidade lingüística constituída pela união de dois termos: O significante (imagem acústica) e o significado (conceito). “A entidade lingüística (o signo) só existe pela associação do significante e do significado; se retiver apenas um desses elementos, ela se desvanece; em lugar de um objeto concreto, tem-se uma pura abstração” (SAUSSURE, 1972, p. 119). O traço gráfico é a letra, parte constitutiva do signo, parte que confere materialidade ao signo. O signo só pode ser escrito pelo traço gráfico. Aí reside a distinção, importante para este trabalho, entre língua e escrita: a concretude do signo e a materialidade da letra.

A letra é o material “primitivo”, se assim podemos dizer, constitutivo do signo. Segundo Saussure, “os termos implicados no signo são ambos psíquicos e estão unidos, em nosso cérebro, por um vínculo de associação” (SAUSSURE, 1972, p. 119), pois cada parte do signo, embora seja profundamente distinta, é necessária uma a outra, para que a existência do signo esteja garantida. É necessário que um conceito esteja ligado, mesmo que momentaneamente, a uma imagem acústica, para que o signo ganhe existência. Chegamos então à concretude do signo. A natureza concreta do signo reside justamente na associação concreta entre este significante e aquele significado, e não entre possíveis outros. Entretanto,

concretude não é materialidade. A materialidade requer a solidão, a solidão de sentido. Assim é a letra, material, traço escrito, traço rupestre, traço real. Não há conceito ou significado ligado a ela. Não remete, portanto, a nada, é em si mesma sem significação própria e quanto mais ela nada significa mais indestrutível ela é. Eis a materialidade da letra.

A escrita presentifica a forma que o signo assume a cada instante na língua. Unindo concretude e materialidade, a escrita fixa através do traço gráfico – letra – os signos. Essa distinção nos permite pensar a letra como um elemento a mais, próprio da escrita. Elemento que marca uma diferença entre a língua falada e a língua escrita. Elemento responsável pela materialidade da escrita.

Os traços gráficos, neste trabalho chamados de letra, são a base da escrita enquanto sistema e seus movimentos dão corpo ao seu funcionamento. Assim como os signos no sistema da língua, os signos da escrita se organizam de acordo com um valor assumido por eles, a partir de relações sintagmáticas e associativas.

A escolha por quais signos gráficos utilizar no momento da escrita tem a ver com o valor que “o escritor” dá a uma determinada palavra e não a outra, assim como acontece na língua, onde o falante confere um valor à palavra ao escolher usá-la. “Assim o valor de qualquer termo que seja está determinado por aquilo que o rodeia” (SAUSSURE, 1972, p. 135). Os signos gráficos, assim como os signos, não têm correspondência com o sentido, o que os une é um laço arbitrário. Não há correspondência natural entre o signo gráfico e aquilo que ele representa, sua entonação por exemplo. Uma pessoa pode escrever a mesma letra de várias formas, assim como a forma gráfica que uma palavra assume não tem correspondência alguma com o que ela possa significar. “A única coisa essencial é que este signo não se confunda em sua escrita, com o do l, o do d etc.” (SAUSSURE, 1972, p. 138).

Os valores da escrita só funcionam pela sua oposição recíproca dentro de um sistema definido, composto de um número determinado de letras. [...] Como o signo gráfico é arbitrário, sua forma importa pouco, ou melhor, só tem importância dentro dos limites impostos pelo sistema (SAUSSURE, 1972, p. 139).

Como visto no capítulo anterior, o sintagma se compõe de duas ou mais unidades consecutivas que se movimentam por uma relação de oposição, pois um termo só adquire seu valor quando posto numa relação de oposição entre o termo que o antecede e o que o sucede, formando uma seqüência linear de signos gráficos, constituindo frases e textos. Por trás dessa linearidade há outra cadeia, a cadeia associativa ou paradigmática. Essa cadeia, não somente impulsiona as escolhas associativas que aparecem no sintagma, mas também, mesmo na ausência, marca o modo de escrever de cada sujeito, já que a cadeia associativa é responsável

pela atribuição do valor às palavras. São associações livres e ilimitadas, feitas de forma singular. Não há uma forma determinada a priori, a associação varia de acordo com quem as faz. O sintagma vem colocar uma borda, vem dar um limite à vasta gama de associações possíveis.

A fala trata de uma seqüência linear de signos que estão disponíveis na língua, numa linearidade. Há um fluxo na cadeia falada, um fluxo de signos que se relacionam entre si. Na escrita, a seqüência de letras forma palavras, frases inteiras. Com ou sem uma ordenação sintática, com ou sem sentido, a escrita promove um encadeamento linear de sinais gráficos que podem formar palavras que contenham, em seu interior, a associação entre uma imagem acústica e um conceito. Assim como pode não formar, “aparentemente”, nenhuma palavra que esteja no circuito social, uma palavra que seja pura expressão gráfica.

“Para além de modo de imobilização da linguagem, a escrita é uma nova linguagem, muda certamente, mas, segundo a expressão de L. Frever, “centupilada”, que disciplina o pensamento e, ao transcrevê-lo, o organiza” (HIGOUNET, 2003, p. 10).

Assim como a língua é um sistema de linguagem que faz o pensamento existir a partir das formas assumidas pelos signos no seu movimento, a escrita também é um sistema de linguagem que consolida o pensamento.

3.3. A ESCRITA COMO SINTHOMA: A QUE SERVE ESSA ESCRITA?

Sintoma e Sinthoma. A diferença entre estes termos não se reduz à grafia, e é fundamental para o tema deste trabalho: *Psicose e escrita: a inscrição de um sujeito*. Na psicose, a escrita pode servir como sinthoma possibilitando que ao escrever um sujeito se inscreva.

A discussão sobre este tópico teve início no primeiro capítulo desta dissertação, onde, para justificar o porquê da escrita, desenvolvemos a mudança ocorrida no ensino de Lacan. Mudança que traz como marca o nó borromeano, nó que representa uma descentralização de uma clínica que gira em torno do Nome-do-Pai, para operar da invenção de um pai, um sinthoma, que possa operar uma amarração entre o Real, o Simbólico e o Imaginário.

No primeiro momento do ensino de Lacan, o sintoma foi entendido no sentido freudiano. Freud, em *Inibição, sintoma e angustia* (1925/1987), tratou do sintoma em seu valor de mensagem. Para ele, o sintoma é uma formação do inconsciente com um sentido recalçado a ser decifrado. Como um substituto de um desejo sexual não realizado e afastado

da consciência por um recalçamento, o sintoma responde como uma metáfora que pede uma interpretação.

No segundo momento do seu ensino, aprendemos com Lacan que os sintomas não são todos decifráveis. Há sintomas cujo único valor para o sujeito é o de uso na vertente do gozo, não se prestando nem à leitura, nem à decifração significativa. Eles são pura letra que cifra o gozo. É o sintoma real a que Lacan chamou – o *sinthoma*. No seminário *O Sinthoma* (1975-76/2007), Lacan explora a idéia do nó borromeano, saindo do simbólico para o real, da língua para a *lalangue*, do significativo para a letra, do sintoma para o *sinthoma*. Onde havia o RSI, Real, Simbólico e Imaginário enlaçados, Lacan propõe um quarto elemento, o *sinthoma*.

O conceito de *sinthoma* implica em uma nova maneira de se pensar o sintoma, saindo da queixa que busca uma cura, para um saber fazer com o gozo. Assim, é referido ao gozo e não a uma mensagem, que o *sinthoma* denuncia a *lalangue* e trata o gozo como um instrumento que serve ao sujeito na invenção do seu nó, da sua suplência.

Lacan nos convida a pensar numa clínica das suplências, onde cada sujeito é responsável por inventar uma saída para dar conta do que se repete em sua vida, do que insiste, persiste. O *sinthoma* singulariza o sujeito e ao mesmo tempo o responsabiliza pelo seu gozo. Cabe ao sujeito um saber o que fazer com o seu sintoma inventando um *sinthoma*. Traçar um modo de ser a partir do trançado dos seus fios, da invenção do seu nó. O nó do *sinthoma* que enlaça os três registros: o real, o simbólico e o imaginário, evidenciando o que há de mais singular em cada sujeito, sua forma de gozo. O *sinthoma* aparece, então, como a solução do sujeito

Neste sentido Lacan passará a pluralizar os “Nomes-do-Pai” (1973), apontado com isso para a idéia de diferentes possibilidades de enlaçamento dos três registros por um 4º elo em diferentes sujeitos. O *sinthoma* passa a designar, então, a forma particular de gozo de cada sujeito – “o modo como cada sujeito goza do inconsciente, na medida (*sic*) que o inconsciente o determina”, segundo a formulação do seminário 23 (OLIVEIRA, 2005, p. 09).

Na neurose, o *sinthoma* só será percebido no final da análise, pois, no início, o sintoma goza do sujeito, aparecendo no corpo como uma verdade sólida que precisa ser decifrada. A exemplo disso, chega uma paciente no serviço com uma mancha bastante vermelha no braço. Durante o atendimento, me fala da “mancha” que o genro é na sua vida. Ao falar, a mancha ganha um sentido, podendo desaparecer. É o corpo veiculando questões que o sujeito não conseguiu colocar em palavras. No final da análise, cada vez que o sintoma se repete, o sujeito pode fazer dele um uso diferente. “No último ensino temos uma solução pela via da identificação ao sintoma. “Isso não vai mudar”” (BATISTA, 2005, p. 3). Permitindo ao sujeito,

a partir da localização do gozo, inventar uma nova relação com o real do *sinthoma*, pois o *sinthoma* é o osso, diz respeito ao ser, não se presta à análise, nem à interpretação. Nele impera a *lalangue*, o gozo, a letra, o real.

Na psicose, o *sinthoma* se realiza como construção, invenção, que está no início do trabalho e não necessariamente no final de uma análise. A escrita serve como construção do *sinthoma*. Uma operação real, apoiada na criação de um objeto condensador de gozo.

No primeiro capítulo desta dissertação, vimos que a definição de *suplência*, feita por Lacan, assume diferentes formas no seu ensino. A *suplência*, em particular a escrita como *suplência*, tema deste trabalho, perde, ao longo do ensino de Lacan, o estatuto simbólico de sintoma – a escrita que comunica um sentido através do significante – e assume o estatuto real de *sinthoma* – a escrita fora do sentido, que funciona como marca através da letra. O *sinthoma* estaria presente no sintoma da mesma maneira que a letra está presente no significante.

No seminário, *O Sinthoma* (1975-76/2007), Lacan afirma:

A escrita me interessa, posto que penso que é por meio desses pedacinhos de escrita que, historicamente, encontramos no real, a saber, que paramos de imaginar. A escrita de letrinhas matemáticas é o que suporta o real. *Mas Deus meu, como isso se deu?* Eu me perguntei. Então, cheguei a alguma coisa que me parece, digamos, verossímil, dizendo-me que a escrita pode ter sempre alguma coisa a ver com a maneira como escrevemos o nó (LACAN, 1975-76/2007, p. 66). (Grifo do autor).

Não foi à toa que Lacan destacou a escrita ao longo do seu ensino, especialmente, na segunda clínica em que enfatiza o real, a *lalangue*, a letra e o *sinthoma*. Eleger este sistema gráfico permite uma nova direção, uma nova forma de pensar o inconsciente, o corpo e o gozo. A escrita diz de algo que vai além das marcas no papel, a escrita indica a marca de um sujeito. A psicanálise expande o conceito de escrita para além do traço gráfico. Lacan não encerra a escrita em sua função lingüística. Além de servir à língua como uma forma de expressão, a escrita se desdobra, quando há um sujeito fazendo uso dela, ou muitas vezes subvertendo seu uso.

Na psicose, assim como na neurose, o *sinthoma* tem uma função, a função de manter amarrado o Real, o Simbólico e o Imaginário, tornando possível ao sujeito separar-se do gozo do Outro e localizar seu gozo, podendo fazer laços à sua maneira. Portanto, é função do tratamento ajudar o sujeito a construir seu *sinthoma*, tornando possível ao psicótico passar da exterioridade do gozo avassalador do Outro, a um sujeito inscrito numa escrita. Inscrever-se como sujeito significa conseguir fazer laço a partir da sua forma particular de ser e estar no mundo. É fazer um nó à sua maneira. É a arte de inventar uma saída única através do *sinthoma*.

3.4. A PSICOSE E A ESCRITA: ENTRE PSICANÁLISE E LINGÜÍSTICA

Para articularmos o tema proposto por este trabalho: *Psicose e Escrita: a inscrição de um sujeito*, situando-o entre a lingüística e a psicanálise, é necessário retomarmos o final do segundo capítulo desta dissertação.

Se a linguagem é a condição de ser de todo sujeito, e a lalangue é o modo de cada sujeito, neurótico ou psicótico, estar na linguagem, há que se saber o que fazer com ela. Como escrita de cada um, a lalangue é o acesso ao “núcleo básico” de cada sujeito, à sua maneira de ser e estar no mundo, à sua forma singular de traduzir algo do gozo. Onde antes estava o sujeito do inconsciente, agora aparece o falasser. Um ser que fala uma língua impossível de ser compartilhada, uma língua que lhe é própria, a lalangue. Há que se buscar, no entanto, uma forma de fazer esta língua escoar, transitar, para que o sujeito não se encerre nele mesmo, mas possa, ainda que através de um monólogo que se supõe, “delirantemente” compartilhado, fazer laços e encontros, apostando em inconscientes particulares, onde cada sujeito possa inventar uma forma própria de circular na coletividade, resguardando sua singularidade.

O sinthoma é esta via de escoamento e de convívio possível com a lalangue. É uma invenção, por parte do sujeito, para dar conta do seu gozo. Levando em conta a pluralização dos Nomes-do-Pai, cada sujeito tem que inventar um anel amarrador para amarrar sua dor. O psicótico, ao utilizar a escrita como anel, pode fazer dela um sinthoma e se inscrever em um sistema de linguagem, a própria escrita, que o permita situar-se no campo social, fazendo laços à sua maneira, sabendo o que fazer com sua lalangue.

Toda escrita, segundo Higounet (2003), é traçada sobre um suporte material subjetivo. “Segundo esse ponto de vista, toda escrita apresenta uma série de caracteres que lhe são próprios e que pertencem ao grupo social, à língua e à época da qual ela é expressão, mas também ao registro material subjetivo [...]” (HIGOUNET, 2003, p. 15). A escrita é, pois, um sistema lingüístico que serve à língua assim como à lalangue. Serve à língua, no que esta pode ser representada pela escrita e à lalangue enquanto transmissão através da letra, do Um de cada sujeito, seu material subjetivo. Não se ocupando do sentido, mas da marca gráfica, a letra, a escrita confere existência material às palavras, aos signos.

Como vimos nos capítulos anteriores, o neurótico e o psicótico percorrem caminhos diferentes no tocante à linguagem. O neurótico é movido pela lalangue enquanto ela é velada pela operação do recalque. O mundo da fantasia faz do neurótico um ser social, que acredita na comunicação, nas palavras como veículo de expressão. Seu gozo se apresenta como marca nos significantes que cada sujeito utiliza em sua fala ou em sua escrita. Fala e escrita, em sua

vertente de veículos de mensagem, servem ao neurótico como forma de fazer laço com o outro, com o mundo.

Ao psicótico faltou o véu da fantasia. A lalangue impera de forma des-velada e o sujeito testemunha o real a todo instante. As palavras perdem seu sentido habitual, os significantes não se encadeiam, tem-se sempre, portanto, uma dimensão de língua privada, não compartilhada. Se a lalangue na psicose se esparrama pela língua, o que torna im-possível ao psicótico habitá-la, talvez, um outro sistema de linguagem, que funcionasse tomando como base o elemento material constitutivo da lalangue, a letra, poderia servir como uma barra ao gozo da lalangue. Este sistema, como vimos no início deste capítulo, é a escrita.

A escrita é feita de letra, “uma escrita de letrinhas”, como diz Lacan em *Liturratera* (2003), uma escrita que pode ter a ver com a maneira como escrevemos o nó. E, sendo a letra o traço gráfico que confere materialidade ao signo, para o psicótico, onde a relação com as palavras está marcada por uma total materialidade, o nó pela escrita pode ser uma via de escoamento destas palavras-objeto.

O dizer baseia-se na palavra, que comporta uma dimensão imaginária, pois a fala tem função de significação. Já o escrito não exige, necessariamente, a compreensão. A escrita marca o sujeito na sua singularidade, articulando letra e gozo.

Mas e a Letra? A letra enquanto caractere lingüístico, ou seja, sinal gráfico é a mesma letra de gozo?

Lacan se serve da letra para designar o suporte do significante, pura marca que inaugura a bateria e que, por isso, não é em si significante, associando-a também ao gozo. Será que se trata apenas de uma analogia entre a letra nossa de todo dia e o conceito lacaniano de letra ou estamos diante de duas faces da mesma coisa? O fato é que, do mesmo modo que a marca que o Outro simbólico inscreve no corpo, a letra em um escrito é o suporte da mensagem, da identificação. O mais importante, porém, é que ela nos permite registrar o gozo que lhe dá existência. Ela é virtual e universal, mas ao mesmo tempo só está ali por ter sido, ao menos originalmente, traçada na forma singular de uma caligrafia. O autor lida com a letra de forma homóloga com que todo falante está às voltas com sua inapreensível singularidade e, ao mesmo tempo, com sua tão material forma de gozo. Tipográfica e caligráfica, a letra possui duas vertentes que nos permitem pensá-la como ponto de encontro do furo e do lixo, entendendo-a como uma montagem entre sujeito e objeto: furo como o que desestrutura o Outro e objeto que pende dele (LAURENT apud VIEIRA, 2005, p. 3).

A escrita na psicose não se trata de uma escrita qualquer. Não se trata aqui de uma escrita artística, literária, sujeita à compreensão. A escrita do psicótico diz respeito somente a ele mesmo. É falando de si mesmo em sua escrita que o psicótico se faz vivo, faz-se presente, faz-se sujeito. O psicótico faz então da escrita uma jóia, um tesouro, uma identidade, uma forma de se fazer existir através dos traços escritos, das marcas no papel.

A escrita marca uma diferença, uma separação e constrói uma borda, um contorno, desenhando para o sujeito seus limites, fazendo-o um território singular. “Eu escrevia tudo, pegava e escrevia, escrevia muito. Eu escrevi esse ventilador, essa parede, esse fio, isso, isso” (tocando nas coisas), assim é a fala de uma paciente que mostra como a escrita pode operar uma separação entre a vida do sujeito e uma vida fora do corpo do sujeito. Corpo no qual habitam tantas palavras, imagens e figuras estranhas a ele, mas que estando dentro dele o impede de delimitar o que é interior e exterior ao seu corpo e a si mesmo.

Ao escrever, o psicótico pode expulsar essa “outra vida” que existe dentro dele, fixando-a e prendendo-a nas bordas do papel, e assim, separando-se dela, inscrever-se como sujeito.

Tipográfica e caligráfica, a escrita traz à tona o estilo, traço original de um sujeito. O estilo é pessoal, é a forma que cada sujeito cria para lidar com seu sintoma. É da ordem, portanto, do *sinthoma*, algo que não se cria e que transmite um sujeito através escrita. Lacan reconhece em Joyce um estilo particular, “um uso radicalmente original, inventivo e livre, da linguagem. E – o que é o fundamental – um uso da linguagem que não parece visar, pelo menos centralmente, a comunicação de um sentido, de uma significação” (OLIVEIRA, 2005, p. 9). No caso de Joyce, a sua escrita serviu como o quarto elemento, seu *sinthoma*, sendo possível, através da criação de uma linguagem nova, dar um contorno a si mesmo e, fazendo um nome pela sua escrita, inscrever-se como sujeito.

Como na psicose o signo já é fixo, o significante está ligado ao significado de forma tão indissolúvel que tem o peso de um objeto, a escrita serve à extração desta substância que é a palavra na psicose.

A escrita, como um sistema lingüístico, opera uma transformação no dizer, materializando-o. Escrever pode servir como uma forma de descarregar o peso que as palavras têm na psicose, liberando o sujeito da insuportável tarefa de seguir sobre – carregado de palavras, por tantas vezes ditas nele e não por ele. Sem o direito a uma escolha, o psicótico obedece ao imperativo de uma língua sem dialética. Entretanto, o que está escrito é material, torna-se permanente, fixado no papel, algo dito, visto, ouvido ou sentido, permitindo ao sujeito separar-se do objeto.

A materialidade é própria da psicose e o psicótico precisa retirá-la do corpo-objeto e colocá-la nos objetos do mundo, extraindo-os de si.

Escrever é inscrever-se. Tornar-se sujeito, responsabilizar-se pelo seu gozo. É estar inscrito no texto, como marca. A letra, em sua vertente de gozo, desenha a unicidade de um sujeito e o sujeito inscreve, em sua escrita, um corpo e uma existência, colocando no texto sua

caligrafia, seu estilo, seu gozo, sua assinatura. Como podemos ver na fala de um paciente que passa o atendimento inteiro escrevendo quando pergunto qual a função da escrita para ele: “Aquilo que eu escrevo fica dito por toda a vida. O que está escrito prova que fui eu. A prova é a minha caligrafia, porque, além de escrever, eu assino. Tudo que eu faço, eu escrevo ou fotografo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver o tema da escrita utilizando a própria escrita. Será isto uma metalinguagem? De acordo com Lacan, não há metalinguagem. Não há Outro do Outro. Não há o sentido do sentido. Quando pensamos em estudar a escrita, o referente utilizado, a própria escrita, jamais será suficiente para descrevê-la. Não há garantia que por utilizar a escrita para falar dela mesma possamos explicá-la. Nunca o faremos por completo, já que a verdade absoluta, toda ela, não existe. Não há como dizer tudo, algo sempre restará a ser dito, algo que nunca será dito. Ainda bem! E foi sem garantias que, a partir deste exercício de escrita, este trabalho foi desenvolvido, apostando numa transmissão, se não de um saber, ao menos de um estilo.

Nesta dissertação, procuramos desenvolver de que forma funciona a escrita lingüisticamente, investigando de que modo o entendimento e a caracterização da escrita como um sistema lingüístico, pode nos auxiliar na constatação psicanalítica sobre a função da escrita na clínica das psicoses. Assim, traçamos, inicialmente, o movimento da escrita na psicanálise e especificamente na clínica da psicose, notificando sua função de suplência, uma possibilidade de enodação dos registros real, simbólico e imaginário. Posteriormente nos debruçamos sobre a lingüística percorrendo o sistema da língua e pincelando possibilidades, suscitadas por Saussure, ao longo do seu ensino, de construção do sistema lingüístico que é a escrita.

Embora Saussure não tenha desenvolvido uma teoria sobre a escrita, foi a partir da noção de língua como um sistema e de sua afirmação de que a língua é um sistema de signos que exprimem idéias, e é comparável, por isso, à escrita e a outros sistemas de linguagem, que pudemos, partindo da forma de funcionamento da língua, desenvolver de que forma funciona a escrita. Este é o início de um longo trabalho sobre a escrita já que quase não encontramos material sobre a estrutura lingüística deste sistema. Chegamos, portanto, a uma conclusão, entre tantas que virão em trabalhos posteriores, a de que, em relação à língua, a escrita possui uma característica bastante peculiar e fundamental para a proposta desta dissertação, sua materialidade.

A materialidade, em sua vertente de letra, foi o ponto de encontro, ou melhor, de discussão entre psicanálise e lingüística no tocante à escrita. A materialidade do traço gráfico na lingüística e a materialidade das palavras-objeto na psicose.

Em psicanálise, em especial nos estudos lacanianos sobre a psicose, Lacan propõe a letra como a escrita de cada um, uma marca particular do sujeito. Como vimos ao longo dos

capítulos, a função da escrita, no ensino de Lacan, opõe-se ao sentido e à compreensão. A escrita é da ordem da *lalangue*, enquanto *língua real*, que traz como marca a letra, traço sem sentido que limita a cadeia significante. A letra é o suporte material, é o que impede o sujeito de se representar todo pelo significante.

Na psicose, como vimos, o sujeito utiliza a escrita como forma de dar um destino ao gozo que o atormenta, fazendo da função gozo da sua escrita uma função mensagem. É podendo usufruir de um sistema de linguagem – a escrita – onde o que impera é algo tão material quanto seu gozo, ou seja, a letra, que o psicótico pode fazer deste ato de escrita uma saída. A escrita enquanto sistema lingüístico permite que a letra seja tomada, muito simplesmente ao pé-da-letra.

Então, se notamos que na psicose, o movimento do sistema da *língua* que faz os enlaçamentos e as disjunções entre as palavras e as coisas, entre os significantes e os significados, fica prejudicado pela falta de um quarto anel amarra-dor, nos pusemos a pensar o que haveria na escrita fazendo função de amarração, de limite e de estabilização para o sujeito psicótico?

Eis a materialidade do traço gráfico característica do signo gráfico. Sendo a concretude o que define o signo saussuriano – significante e significado – torna-se necessário a dança entre as possibilidades de ligações, feitas a cada momento, entre imagem acústica e conceito, para que um signo lingüístico seja formado. Essa concretude do signo que permite relativizações na neurose é fixa na psicose e foi a distinção entre concretude e materialidade que nos abriu caminho. O que define e diferencia o signo da *língua* do signo da escrita é justamente o traço gráfico – a letra. A letra é solitária, vazia de sentido, é puro traço, não necessita que significações se liguem a ela a todo instante e sendo assim, se torna fixa e material.

A escrita presentifica a forma que o signo assume a cada instante na *língua*. Unindo concretude e materialidade, a escrita fixa através do traço gráfico os signos.

A fala exige fluxo social, encadeamento de signos disponíveis na *língua*. Já a escrita em si não exige tal ordenação sintática. Com ou sem sentido a escrita promove um encadeamento de sinais gráficos que podem ou não formar “palavras destinadas a circular”. Esta não é uma condição de existência para o signo gráfico. Eis o ponto de aproximação, proposto por este trabalho, entre escrita e psicose.

Como vimos, ao longo deste trabalho, escrever pode ser uma saída para o sujeito psicótico, pois a escrita consolida e organiza o pensamento, não só simbolicamente como faz a fala, mas o faz no real dos traços gráficos. É, portanto, uma possibilidade encontrada, por

cada sujeito, na singularidade de seu estilo, de afastar o gozo invasivo e total do Outro da linguagem. Um ato, onde o sujeito tenta produzir uma borda, uma contenção, um contorno ao ilimitado do corpo, inscrevendo-se sujeito nos traçados de sua escrita.

REFERÊNCIAS

ARRIVÉ, M. *Linguagem e Psicanálise, lingüística e inconsciente: Freud, Saussure, Pichon e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BARROS, M. de. Cabeludinho. In: *Memórias inventadas: a infância*. São Paulo: Planeta, 2003.

_____. de. *Gramática expositiva do chão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

_____. *Retrato do artista quando coisa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

BATISTA, A. A clínica do sintoma em Freud e em Lacan. In: *Latusa Digital*, número 13, ano 2, 2005. Disponível em: http://www.latusa.com.br/latmarteximp13_2.pdf Acesso em: 02 jan. 2008.

BOUQUET, S. *Introdução à leitura de Saussure*. São Paulo: Cultrix, 1997.

BOUQUET, S. & ENGLER, R. Ferdinand de Saussure. *Escritos de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 2002. 296 p.

BRANCO, L. C. *Coisa de louco*. Minas Gerais: Ed. Universitária, 1998.

CARVALHO F. Z. F.de. *Real do inconsciente e real da língua*. Comunicação no III SEAD. Disponível em: www.discursos.ufrgs.br/sead/trabalhos_aceitos.pdf,20/02/2008 Acesso em: 15 jan. 2008.

_____. Letra, lingüística, linguística. In: Arreguy, Elisa (Org.). *O Percurso da letra - Transfinitos n.º. 4*. Belo Horizonte: Autêntica/Aleph, 2005.

DEFFIEUX, J. P. Nome-do-pai e a suplência. In: *Scilicet dos Nomes do Pai*. AMP. Textos preparatórios para o congresso de Roma, 13 a 17 de julho de 2006.

FERREIRA, N. P. Jacques Lacan: apropriação e subversão da lingüística. In: *Agora*. V.V, n.º.1, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/agora/v5n1/v5n1a09.pdf> Acesso em: 20 julho 2007.

FLORES, V. N. *Lingüística e psicanálise: princípios de uma semântica da enunciação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

FORBES, J. *Presença do analista*. Conferência de inauguração do website do Instituto da psicanálise lacaniana, 2005. Disponível em: <http://www.jorgeforbes.com.br/br/contents.asp?s=22&i=57> Acesso em: 06 mar. 2008.

FOUCAULT, Michel. *História da loucura na idade clássica*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2005. 79p.

FREIRE, A. B. Considerações sobre a letra: a psicose em questão. In: *Psicologia, Reflexão e Crítica* ano/vol.12, número 003, UFRS, Porto Alegre, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-14982001000100006&script=sci_arttext Acesso em: 05 dez. 2007.

FREUD, S. *O caso de Schreber. Os artigos sobre a técnica e outros trabalhos*. In: J. Salomão (Org.), Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1987. (Original publicado em 1911).

FREUD, S. *A interpretação dos sonhos*. In: J. Salomão (Org.), Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. IV e V. Rio de Janeiro: Imago, 1987. (Original publicado em 1900).

_____. *Sobre a psicopatologia cotidiana*. In: J. Salomão (Org.), Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. VI. Rio de Janeiro: Imago, 1987. (Original publicado em 1901).

_____. *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. In: J. Salomão (Org.), Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. VIII. Rio de Janeiro: Imago, 1987. (Original publicado em 1905).

_____. *Inibição, sintoma e angústia*. In: J. Salomão (Org.), Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. XX. Rio de Janeiro: Imago, 1987. (Original publicado em 1925).

_____. *Totem e Tabu*. In: J. Salomão (Org.), Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1987. (Original publicado em 1913-1914).

HIGOUNET, C. *História concisa da escrita*. São Paulo: Parábola, 2003. 192p.

JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1956.

LACAN, J. (1955-1956) Introdução à questão das psicoses. In: *O seminário, livro 3: as psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. (1955-1956) O outro e a psicose. In: *O seminário, livro 3: as psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. (1955-1956) O significante, como tal, não significa nada. In: *O seminário, livro 3: as psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. (1955-1956) Dos significantes primordiais, e da falta de um. In: *O seminário, livro 3: as psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. (1955-1956) “Eu venho do salsicheiro”. In: *O seminário, livro 3: as psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. (1964) “O sujeito e o outro (I): a alienação”. In: *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. (1966) O estádio do espelho como formador da função do eu. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. (1966) Uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. (1966) A instância da letra no inconsciente. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. (1972-1973) Mais ainda. In: *O seminário, livro 20*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

_____. (1957-1958) As formações do inconsciente. *O seminário, livro 5*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. (1969-1970) O avesso da psicanálise. *O seminário, livro 17*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

_____. (1963) *Os nomes-do-pai*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. (1971) Lituraterra. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. (1975-1976) *O seminário, livro 23: o sinthoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

_____. *Outros escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 2003

_____. (1974) Televisão. In: *Outros escritos*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. (1970) Radiofonia. In: *Outros escritos*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2003.

LAURENT, E. La lettre volée et le vol sur la lettre. In: *La Cause Freudienne*. Paris: ECF, 1999.

LEMAIRE, A. *Jacques Lacan: uma introdução*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1985.

MANDIL, R. *Os efeitos da letra. Lacan leitor de Joyce*. Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003.

MILLER, J. A. Aula de 15 de dezembro de 2004.

_____. *Percurso de Lacan: uma introdução*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

_____. O real é sem lei. In: *Opção Lacaniana*, nº. 35. São Paulo: Edições Eólia, 2003.

MILNER, J. C. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes medicas, 1987.

NÓBREGA, M. A Releitura de Ferdinand de Saussure e a Constituição do Objeto da Lingüística. In: *DLCV – Língua, Linguagens e Literatura*, vol.1, n. 1, João Pessoa, 2003, pp.157-168.

OLIVEIRA, J. A. Identificação e sintoma. In: *Latusa Digital*, ano 2, nº 15, 2005.

PAVEAU, M. A.; SARFATI, G. E. Ferdinand de Saussure: a teorização da lingüística moderna. In: *As grandes teorias da lingüística: da gramática comparada à pragmática*. São Carlos: Claraluz, 2006. 272 p.

QUINET, A. *Teoria e clínica da psicose*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000
_____. *Psicose e laço social – esquizofrenia, paranóia e melancolia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

RABINOVITCH, S. *A forclusão: presos do lado de fora*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ROZA, L.A.G, *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

SANTIAGO, A. L. *A inibição intelectual na psicanálise*. In: *Campo Freudiano no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 229 p.

SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1972.

SOUZA, N. S. *A psicose: um estudo lacaniano*. Rio de Janeiro: Revinter, 1999.

VIEIRA, M. A. Os dois corpos da escrita. Rio de Janeiro. In: *Latusa Digital*, nº. 17, ano 2, 2005. Disponível em: http://www.latusa.com.br/latmarteximp17_1.pdf Acesso em: 03 maio 2007.

_____. *A ética da paixão: uma teoria psicanalítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)